



CIAEGT  
Centro de Investigação Aplicada  
em Economia e Gestão do Território

**Working Paper Series**

**2017.02**

***Recursos Perfeitos, Turismo e  
Singularidades Territoriais: a  
hipótese do turismo científico  
na Golegã***

Sérgio Nunes \*

Vanda Sousa\*

\* CIAEGT – Center of Applied Research on Economics and Territory  
Management, Polytechnic Institute of Tomar, Tomar, Portugal  
([spnunes@ipt.pt](mailto:spnunes@ipt.pt); [vandasousa33@hotmail.com](mailto:vandasousa33@hotmail.com))

# *Recursos Perfeitos, Turismo e Singularidades Territoriais: a hipótese do turismo científico na Golegã*

*(First draft, Dezembro 2017)*

**Sérgio Nunes & Vanda Sousa**

## *Resumo*

Este texto tem como objectivo discutir os fundamentos que suportem conceptualmente e empiricamente o desenvolvimento de uma linha de turismo científico na Golegã. Partindo-se de um enquadramento teórico-conceptual que relaciona quatro dimensões estruturantes de análise – o território, a competitividade e a coesão territorial, o turismo e a política pública – o artigo apresenta quatro novos conceitos: recursos perfeitos, coerência territorial, singularidades económicas e singularidades territoriais, como forma de conferir coerência e consistência à abordagem que se pretende desenvolver. O turismo científico é ainda uma linha de turismo pouco explorada, quer em Portugal quer internacionalmente. Contudo, neste momento, existem condições muito favoráveis à discussão desta temática, quer em termos político-institucionais quer devido à natureza dos recursos e dos processos já desenvolvidos em alguns territórios portugueses. O caso em estudo reporta-se à Golegã, onde a hipótese de uma linha de turismo científico é fundamentada na articulação de um conjunto de recursos (Casa Estúdio Carlos Relvas, Casa de José Saramago, o Paul do Boquilobo e o Cavalo) com a necessária construção de um processo de coerência territorial associado.

**Palavras-chave:** competitividade e coesão territorial, turismo científico, recursos perfeitos, singularidades económicas, singularidades territoriais, Golegã

## 1. Introdução

O turismo científico é ainda uma linha de turismo pouco explorada, quer em Portugal quer internacionalmente. Contudo, neste momento, existem condições muito favoráveis à discussão desta temática. Em primeiro lugar, pela natureza dos recursos em causa e do seu significado económico, social e correspondentes relações com a política pública. Em segundo lugar, existe atualmente um conjunto alargado e coerente de condições político-institucionais neste domínio que favorecem objetivamente o turismo científico: o programa Cultura e Ciência ( $C^2$ ), desenvolvido pela Secretaria de Estado do Ensino Superior, em articulação com outros organismos da administração pública; o reconhecimento da importância do turismo para a dinamização económica das regiões (Estratégia Turismo 2027) e do turismo científico, especificamente, nesse âmbito (Recomendação da Assembleia da República – RAR n.º 197/2017); a coerência desta proposta com os documentos estratégicos da região e do concelho da Golegã (Plano Estratégico da Lezíria do Tejo 2014-2020 e Plano Estratégico Desenvolvimento Urbano – PEDU 2014-2020); e, não menos importante, a abordagem desenvolvida nesta apresentação articular-se diretamente com a *estratégia de especialização inteligente – RIS3* (variedade relacionada, efeitos multiplicadores, *place-based approach* e *practice based-research*) e consequentemente com a estrutura conceptual e analítica inerente ao Acordo de Parceria: Portugal 2020.

Contudo, apesar do enquadramento político-institucional favorável ao desenvolvimento desta tipologia de projectos, estamos em crer que a eficácia no seu desenho e na sua implementação poderá ser aumentada se existir uma coerência teórico-conceptual que permita enquadrar devidamente as relações entre o território, a competitividade e a coesão territorial e o turismo. Tal convicção sobre o nível de eficácia referido resulta do facto de se apresentar um enquadramento que suporta um espaço e um objecto de análise e intervenção territorialmente determinado e conscientemente partilhado pelos diversos atores territoriais.

Este texto tem, por isso, dois objectivos fundamentais. O primeiro, passa por construir um quadro teórico-conceptual que permita conferir uma dinâmica evolutiva e territorial aos processos conducentes a acréscimos de competitividade e coesão. O segundo objectivo passa por particularizar uma linha de turismo científico na Golegã como ilustração empírica do primeiro objectivo, conferindo à experiência linhas de intervenção coerentes e executáveis. Para além desta introdução, o artigo está estruturado em quatro partes. Na primeira parte articula-se, em primeiro lugar, a relação entre território e desenvolvimento regional e, em seguida, apresentam-se os

conceitos de recursos perfeitos, coerência territorial, singularidades económicas e de singularidades territoriais, como forma de relacionar teoricamente a natureza territorial da política pública e dos processos de competitividade e de coesão, onde o turismo científico é suscetível de configurar um caso particular desta dinâmica. Na terceira parte descrevem-se algumas experiências internacionais associadas ao turismo científico, com destaque para o caso do Chile e da Região de Aysén. Sumarizam-se, igualmente, algumas experiências portuguesas. A quarta parte é dedicada ao desenvolvimento do caso de estudo da Golegã. Termina-se com as conclusões e com algumas pistas e reflexões para o futuro.

## **2. A conceção de turismo como singularidade territorial**

### **2.1. Território e Desenvolvimento Regional**

O conceito de território adotado neste texto encontra-se no âmbito da economia do território e suporta-se conceptualmente na perspectiva de que o território é um sujeito nos processos de desenvolvimento regional (ALVES, 2001; LOPES, 1995). Nesta perspectiva, o território é a sobreposição de múltiplas dimensões de espaços: um espaço físico (escala geográfica), um espaço de relações (redes e dinâmicas de interação) e um espaço político-institucional (resultante da coordenação entre diferentes órgãos de poder e da integração no espaço das suas diferentes políticas). Significa, desde já, que sempre que se utilize o qualificativo de *territorial*, não se pode deixar de levar em consideração a dinâmica relativa à evolução da integração num território concreto destas três dimensões e das tensões associadas, isto é, o território (e a sua evolução) é um resultado das complexas interdependências entre a dimensão do mercado, a dinâmica de interações e um enquadramento político-institucional mais ou menos favorável a concretizações económicas e sociais. Sempre que se utiliza o termo *território* neste texto é precisamente este conceito que temos em mente.

Em termos mais particulares e procurando espaço para futuras ações de operacionalização de conceitos e estratégias, podemos conceptualizar a relação entre território e desenvolvimento regional como um processo sistémico (entre múltiplos atores, os seus objectivos/actividades e as suas dinâmicas), interativo (decorrente das múltiplas interdependências associadas) e cumulativo (*path and time dependent*), isto é, um processo complexo com elevada incerteza estrutural (ver, por favor, a tabela 1). Este processo envolve diversas tensões, por exemplo entre eficiência e equidade, entre expectativas e resultados esperados ou entre desejos e possibilidades. Como consequência, a gestão das tensões e dos dilemas associados condiciona fortemente o processo de desenvolvimento regional. Se não é fácil quantificar

e qualificar o desenvolvimento regional numa métrica inquestionável é relativamente mais fácil avaliar algumas das suas principais manifestações e dos seus resultados mais incontroversos. Nestes termos, podemos dizer que é um processo que procura maximizar simultaneamente (no tempo e nos espaços) um equilíbrio instável entre o crescimento económico (produção, emprego, exportações, investimentos) e a sustentabilidade (recursos, famílias, comportamentos, mobilidades), isto é, um processo que procura gerir uma tensão muito difícil de realizar entre eficiência e equidade.

**Tabela 1 – Território e Desenvolvimento Regional**

Desenvolvimento Regional		Natureza objetiva: resultados		Natureza processual		Território (concepção)					
						Espaço Físico	Espaço de Interações	Espaço político-institucional			
Desenvolvimento Regional	Crescimento	Emprego	Eficiência	Competitividade	Atractividade	Processo de Desenvolvimento Regional = resultado destas dinâmicas que envolvem múltiplas tensões e dilemas entre recursos (humanos, físicos, tecnológicos) e processos (órgãos de poder, natureza dos agentes, objectivos e estratégias, modelos de governância)					
		Produção			Conetividade						
		Exportações			Proximidade						
		Investimento			Acesso						
	Sustentabilidade	Recursos	Equidade	Coesão	Processo de Desenvolvimento Regional = resultado destas dinâmicas que envolvem múltiplas tensões e dilemas entre recursos (humanos, físicos, tecnológicos) e processos (órgãos de poder, natureza dos agentes, objectivos e estratégias, modelos de governância)						
		Famílias									
		Comportamentos									
		Mobilidade									
		Competitividade e Coesão Territorial									

Fonte: Elaboração própria

A abordagem que se tem vindo a desenvolver salienta com maior ênfase a natureza – o que é – do desenvolvimento regional. Vamos agora mudar ligeiramente o ângulo de abordagem, no sentido de nos aproximarmos – tanto quanto possível – dos processos e das dinâmicas através dos quais é possível condicionar o processo de desenvolvimento regional. Neste sentido, não será demasiado subjectiva a argumentação de que os objectivos de um qualquer território num mundo globalizado e interdependente estão, inevitável e crescentemente, associados às suas dinâmicas de competitividade e de coesão territorial (C&CT).

A competitividade deverá ser entendida enquanto binómio auto-reforçante de atractividade (de recursos, nas suas múltiplas manifestações) e conectividade (pela via da construção de redes e interações diversas) e a coesão enquanto integração *territorial* dos conceitos de proximidade (nas suas diversas dimensões) e de acesso (material, institucional e financeiro). Atractividade sem conectividade conduz os territórios a situações de *lock-in* económico, social e político e proximidade sem acesso conduz os territórios a desequilíbrios sociais e institucionais graves; as comunidades encontram-se próximas dos bens, equipamentos e/ou serviços, mas por múltiplas razões

(materiais, físicas, cognitivas) não lhes conseguem aceder (no sentido concreto de consumo). Por outro lado, conectividade sem atractividade e acesso sem proximidade faz de nós apenas consumidores virtuais sem participação sobre a *função de produção territorial* e os seus impactos, nomeadamente em termos de dinâmicas de inovação e do aproveitamento das diversas curvas de aprendizagem inerentes às suas actividades e processos.

A coevolução da eficiência e da equidade conducentes a acréscimos irreversíveis de C&CT exige, por isso, o envolvimento total e esclarecido dos diversos atores regionais e nacionais e, em algumas circunstâncias, mesmo os atores supranacionais (modelos de governância partilhada). Por outro lado, o conhecimento e a sua gestão têm vindo a ganhar importância enquanto recurso essencial na produção e distribuição de riqueza dos diferentes territórios, assim como na conceção da política pública (mecanismo essencial na prossecução de objectivos económicos e sociais que emanam diretamente do território e os seus agentes). Deriva, logicamente, destas considerações que os projectos que pretendam contribuir para aumentar a C&CT devem suportar a sua orgânica em dinâmicas de aprendizagem, conhecimento e inovação.

Ora, a questão essencial, em termos de investigação e conceptualização do espaço de intervenção (política pública e empresarial) nesta dinâmica de desenvolvimento, passa pela capacidade de cruzar este processo (desde a sua natureza até à natureza dos seus processos) com a conceção de território explicitada e definir modelos e mecanismos suscetíveis de gerir as tensões e os dilemas inerentes à complexidade de um processo de desenvolvimento regional, ou mais concretamente, de potenciar para níveis mais elevados a competitividade e a coesão *territorial* de territórios específicos. Cada experiência territorial, cada projecto territorial é, assim, uma tentativa de apropriação *territorial* do controlo de algumas das dimensões relevantes do processo de desenvolvimento, por via da eficaz gestão das tensões inerentes ao desenvolvimento regional.

## **2.2. Recursos Perfeitos, Singularidades e Turismo**

A intervenção no processo de acréscimos de C&CT tem como objecto os recursos e os processos que lhe estão associados e, necessariamente, a sua forma de relacionamento. Um dos argumentos principais que desejamos apresentar e explorar defende que a natureza dos recursos e a coerência dos processos condiciona a C&CT, uma vez que a dimensão territorial que pode surgir da sua articulação potencia a diversa tipologia de ganhos de C&CT. Relativamente aos recursos, importa avaliar em que medida existem, onde estão, saber se é possível mobilizá-los para os nossos objectivos e definir

claramente a sua natureza. Os recursos não têm todo o mesmo potencial para de igual forma atingir os objectivos em causa. Há, por isso, recursos mais apropriados do que outros, ou seja, são mais ou menos perfeitos, na aceção que desejamos introduzir nesta abordagem. A nossa proposta passa por classificar um recurso em termos do seu grau de perfeição. Para isso sugerimos que um *recurso perfeito* tem sete características:

1. Escasso em termos globais
2. Abundante em termos locais
3. Controlo local do recurso
4. Enraizamento territorial (difícil imitação e deslocalização; aspectos identitários materiais e imateriais)
5. Efeitos multiplicadores (diretos, indiretos e induzidos)
6. Utilização obriga à preservação (sustentabilidade)
7. Procura global

O conceito de recurso perfeito é central na nossa abordagem. Importa, por isso, deixar algumas notas importantes sobre este conceito. Os *recursos perfeitos* não têm uma natureza binária, nem estática ou absoluta no tempo e no espaço e da mesma forma que podem ser aperfeiçoados também podem perder perfeição. Os *recursos perfeitos* são uma possibilidade entre várias que resulta de uma construção política, económica e social. Claro que existem recursos mais fáceis de aperfeiçoar do que outros e que, por vezes, fatores que estão fora do nosso controlo direto também desempenham um papel importante neste processo.

Um outro aspecto importante decorre da possibilidade de num momento do tempo, os agentes locais deterem os mecanismos de controlo de um recurso perfeito. Contudo, isso nada nos diz sobre a nacionalidade desse controlo, isto é, a existência do recurso pode não garantir a sua exclusividade. Recursos perfeitos que não são aproveitados pela comunidade acabam por ser explorados por agentes fora da comunidade, com perda de controlo das dinâmicas de apropriação de valor económico. Adicionalmente, deve salientar-se que a partir de *um determinado grau de perfeição* os recursos começam a atrair as atenções dos diversos agentes económicos (nacionais e internacionais) e o grau de mobilidade internacional irá rapidamente traduzir-se num jogo de concorrência pela competência. Por outro lado, a procura global, e o valor de mercado que esta lhe atribui, determina o limiar económico (mínimo e máximo) de um recurso perfeito e a fronteira de

possibilidades de produção de uma singularidade territorial<sup>1</sup> (logo a sua curva de aprendizagem até à fronteira).

Finalmente, a preservação de um recurso perfeito não depende, necessariamente, da dinâmica da procura (mercado). As dinâmicas de viabilidade económica e de preservação são auto-reforçantes embora largamente independentes, quer nas estratégias quer nos mecanismos que as suportam e nos agentes que as corporizam.

Relativamente aos processos e à sua eficácia, defendemos que a eficácia do processo de intervenção sobre um recurso perfeito será tanto mais eficaz quanto maior for a sua coerência *territorial*. A coerência *territorial* (geográfica, económica e institucional) do processo que pretende intervir no âmbito de um recurso (mais ou menos perfeito) resulta da articulação e integração *territorial* de três componentes que permitem conferir operacionalidade ao conceito:

- i) *Governance* – modos de governação – destes territórios (coordenação de processos, estratégias e racionalidades subjacentes ao capital político-institucional);
- ii) As diferentes bases de conhecimento e os modos de aprendizagem correspondentes (atores e recursos do sistema, bases de conhecimento e dinâmicas de interação formais e informais);
- iii) A estrutura económica e social regional que deve ser, simultaneamente, objecto e sujeito de dinâmicas evolutivas.

Em síntese, estas três dimensões devem fazer emergir uma massa crítica mínima de atores, estratégias e meios que conferem coerência *territorial* ao processo de transformação de um recurso numa concretização económica e social. Não se trata, evidentemente, de uma coerência genérica; cada território constrói a sua coerência *territorial* de acordo com os seus objectivos e os recursos inerentes à sua prossecução, suportados num quadro político-institucional favorável a essa construção.

Estamos agora em condições de apresentar um novo conceito, o conceito de singularidade<sup>2</sup> económica (ver, por favor, figura 1). Nestes termos, uma singularidade económica acontece quando é possível identificar um recurso perfeito e conferir-lhe coerência territorial; por sua vez, a singularidade económica pode, em algumas circunstâncias, apresentar uma característica económica estruturalmente diferenciadora: a produção e o consumo são mediados pela proximidade territorial, isto é, concretizam-se (determinam-

---

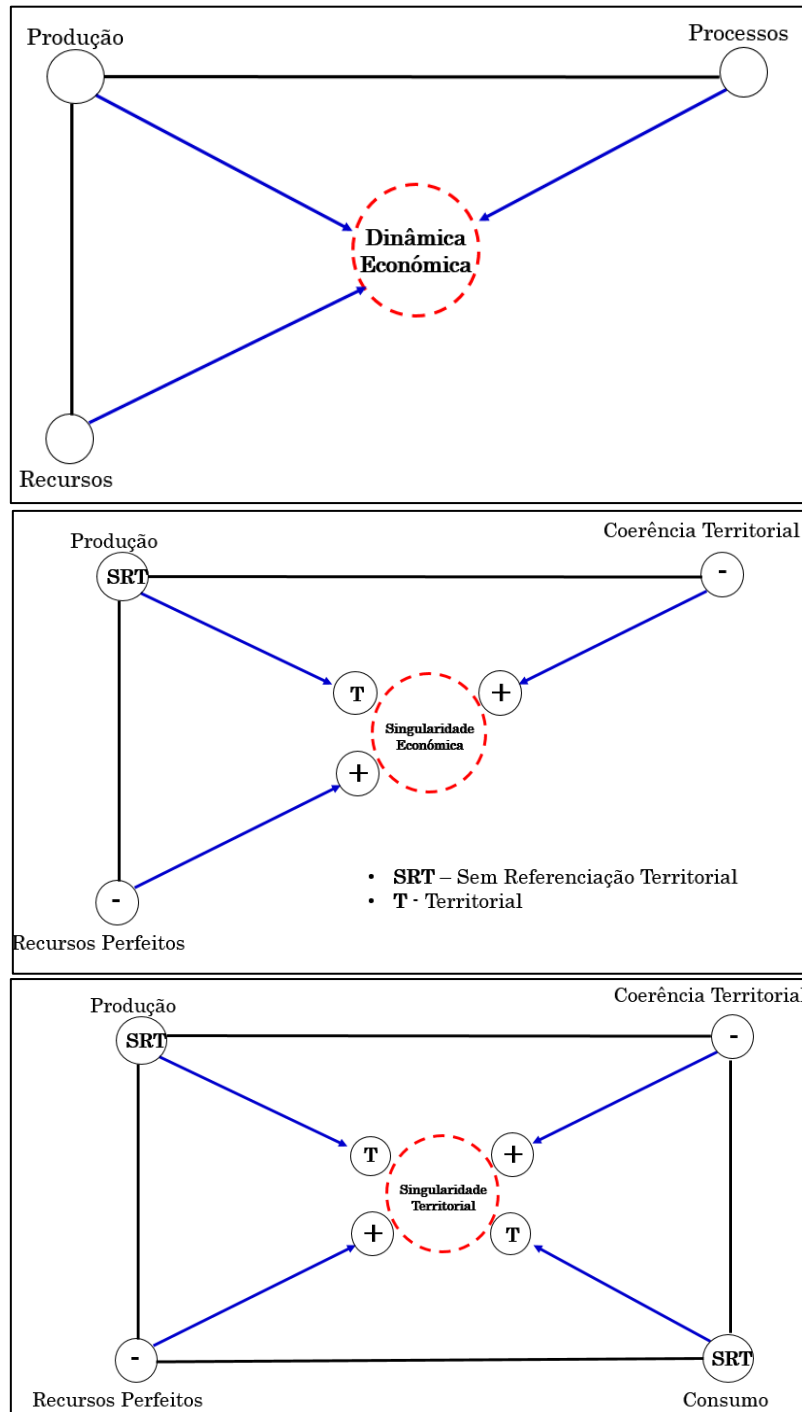
<sup>1</sup> Este conceito será explicitado mais à frente.

<sup>2</sup> A singularidade – roubada à física – é aqui usada, em termos metafóricos, como forma de representar um ponto de densidade elevada, uma concentração elevada de massa – recursos e processos – num ponto do espaço (território).



se) num mesmo ponto do espaço. Neste caso, estamos perante uma singularidade *territorial*<sup>3</sup>. Do ponto de vista conceptual, deriva logicamente da exposição supra o potencial de ambas as singularidades para atingir níveis elevados de C&CT é máximo.

Figura 1 – Conceptualização de singularidades



Fonte: Elaboração própria

<sup>3</sup> Uma singularidade territorial é um caso particular de uma singularidade económica.

A figura 1, analisada de cima para baixo, ajuda a ilustrar estes conceitos. Em termos genéricos, a dinâmica económica resulta da capacidade de combinar recursos e processos de modo a produzir bens e serviços do modo mais eficiente possível. Contudo se introduzirmos uma diferenciação entre T – territorial e SRT – sem referenciação territorial, em cada uma das dimensões consideradas, qualificando-as de acordo com o quadro conceptual desenvolvido até agora, obtemos um resultado bastante diferente: à medida que os recursos ganham perfeição, que os processos ganham coerência territorial e que a produção se enraíza no território a dinâmica económica ganha contornos de uma singularidade económica<sup>4</sup>. Se, em seguida, se introduzir a dimensão associada ao consumo (com a mesma diferenciação territorial) emerge, potencialmente, uma singularidade territorial que, também potencialmente, tem elevada probabilidade de contribuir para ganhos qualificantes de C&CT.

Na abordagem que se está a desenvolver, o turismo é um sector da economia. Contudo, como qualquer sector da economia e das suas actividades relacionadas, possui especificidades que condicionam objetivamente as intervenções no seu domínio, seja da política pública, seja da política empresarial, dos modos de inovação e processos de aprendizagem ou mesmo da investigação académica.

Qual é a principal especificidade do turismo, enquanto actividade económica? O turismo é produzido e consumido num território específico. Ao contrário da generalidade dos bens e serviços económicos, onde o consumo e a produção podem estar – e geralmente estão – funcionalmente separadas, ou em territórios diferentes, o turismo não possui estruturalmente essa característica; pelo contrário, o turismo – e o seu valor acrescentado, nomeadamente em termos dos seus efeitos multiplicadores – determina-se e quantifica-se territorialmente. Esta especificidade, raramente explicitada, tem consequências profundas, tanto do ponto de vista teórico como empírico. Relativamente aos nossos objectivos no presente texto, a principal consequência é que o turismo pode configurar uma singularidade territorial, isto é, é uma manifestação de ubiquidade económica (produção e consumo) num mesmo território, a partir de uma integração coerente, partilhada e desejada de *recursos perfeitos* com coerência *territorial*.

Resulta desta perspetiva que, por um lado, se se procurar dinamizar o processo de C&CT através do turismo, essa intervenção será tanto mais eficaz quanto mais nos aproximarmos do conceito de singularidade territorial e a concretização desse potencial é um desafio para investigadores, políticos, empresários e comunidade em geral. Por outro lado, o turismo tem uma

---

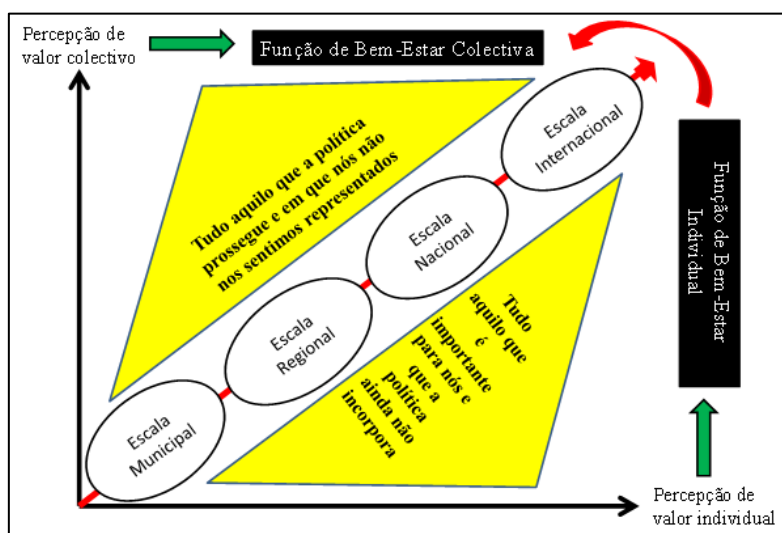
<sup>4</sup> Por exemplo, um *cluster* industrial pode configurar uma singularidade económica.

dimensão territorial inequívoca<sup>5</sup>. A contribuição do turismo para ganhos de C&CT é, pelas razões apresentadas, resultado de estratégias conceptualmente partilhadas e conjuntamente implementadas. Isto significa, dito de outro modo, que a contribuição do turismo para a C&CT não é apenas – ou sobretudo – o resultado de empresas de turismo competitivas. É o resultado dessa competitividade integrada num quadro económico com coerência territorial e, tanto quanto possível, construído a partir de *recursos perfeitos* territorialmente aperfeiçoados.

### 2.3. O turismo, a institucionalização do valor e a política pública

Arrisca-se aqui o argumento de que não haverá dimensão da competitividade do turismo que não dependa direta ou indiretamente da política pública, entendida como um mecanismo essencial de prossecução de objectivos económicos e sociais que emanam de um território. Contudo, nem sempre o que tem valor para cada um de nós, ou mesmo de forma colectiva para alguns de nós, é objecto de ações de política pública. A evolução da percepção de valor individual até à concretização de valor colectivo objecto de política pública não é uma tarefa fácil e consegue-se, nomeadamente, através da institucionalização do valor. Nunes (2010; 2011) desenvolveu um modelo de análise e tomada de decisão para a evolução de uma função de bem-estar individual para uma função de bem-estar colectiva. A figura seguinte ajuda a ilustrar o argumento principal.

Figura 2 – Modelo de Análise e Tomada de Decisão



Fonte: Nunes (2011)

<sup>5</sup> Embora não seja o foco principal deste texto, não se pode deixar de referir que esta característica, constituinte da sua natureza, tem implicações profundas na forma como as dinâmicas do turismo são tratadas, nomeadamente na sua relação com os processos de desenvolvimento regional, de inovação e da sua relação inevitável com a política pública.

Seguindo Nunes (2010; 2011), no eixo horizontal está representada a Percepção de Valor Individual, isto é, a importância que nós, enquanto indivíduos, damos a um determinado fenómeno. Essa importância pode ser muita ou pouca e aumenta à medida que nos deslocamos da esquerda para direita ao longo desse eixo horizontal. Por sua vez, esta percepção de valor individual traduz-se numa função de bem-estar individual que representa a hierarquização das nossas preferências (relativamente aos aspectos mais relevantes para cada um de nós: saúde, educação, justiça, lazer, segurança social...) ponderados pelas diversas restrições que a sociedade nos coloca (orçamentais, culturais, históricas, legais, acesso ao conhecimento, etc.).

No eixo vertical está representada a Percepção de Valor Colectivo. Grupos distintos dentro da sociedade – seguindo a metodologia de comportamento explicitada para os indivíduos – organizam-se em torno de interesses comuns e, para um determinado fenómeno, o valor que lhe reconhecem aumenta à medida que subimos no eixo vertical. Deduz-se então uma função de bem-estar colectiva que hierarquiza, também, as vontades de grupos da sociedade que se organizam de acordo com diferentes tipos de regras e procedimentos. Ora, a forma de prosseguir os dois tipos de funções é, como se imagina, muito diferenciada, nomeadamente no que concerne às estratégias e aos instrumentos.

A evolução faz-se do valor individual para o valor colectivo e, finalmente, para uma representação política desse valor. Pensemos agora na diagonal da nossa figura. Sobre essa diagonal existe coincidência entre aquilo que tem valor para nós enquanto indivíduos e a valorização que a sociedade faz, de forma colectiva, sobre o fenómeno em causa. Estão, então, reunidas as condições mínimas para que de forma colectiva se possam prosseguir os objectivos que nós temos enquanto indivíduos. Essas soluções revestem-se, preferencialmente, por medidas de política mais ou menos formais. Facilmente se compreende que o triângulo abaixo da diagonal representa tudo aquilo que nós valorizamos e desejamos individualmente e que ainda não se encontra refletido nos interesses colectivos da sociedade. Por outro lado, o triângulo acima da diagonal representa tudo aquilo que a sociedade prossegue por via de uma determinada política, mas na qual o indivíduo (ainda) não se sente representado.

Os conflitos entre indivíduos e grupos e mesmo entre concepções diferentes da sociedade e a forma de os solucionar, nada mais são do que os confrontos sucessivos em diferentes tempos e espaços desta dinâmica de aprendizagem individual e colectiva. Podemos dizer que, deste ponto de vista, a sociedade é uma amálgama de motivações em permanente contradição e a natureza da

sociedade (atual e num futuro próximo) é resultado da evolução destas dinâmicas.

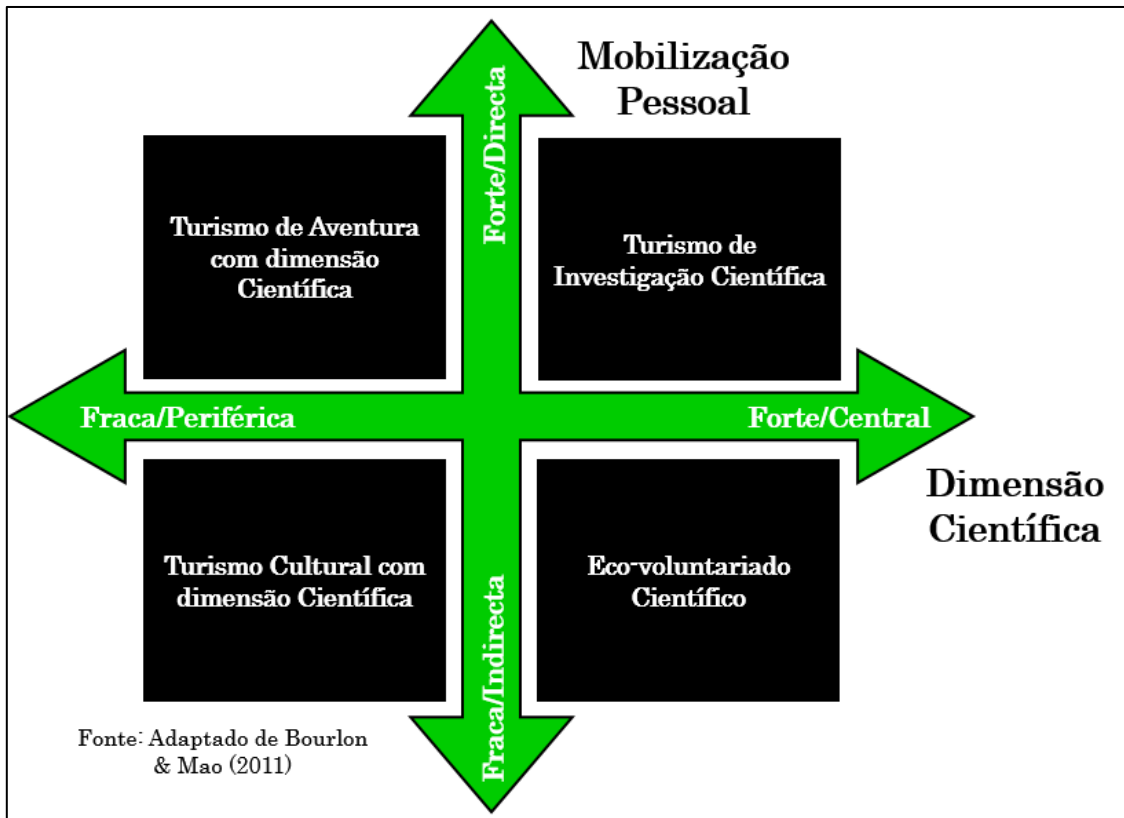
Finalmente, sobre a diagonal principal temos as diferentes escalas territoriais (interdependentes, com os correspondentes órgãos de poder) onde podem ocorrer equilíbrios e desequilíbrios entre os diferentes agentes que já identificámos. As políticas não têm todo o mesmo âmbito, nem os agentes que as prosseguem têm todas as mesmas competências, embora tenham todos a mesma legitimidade para as implementar. São os modos de governância (partilhada e territorialmente integrados) que contribuem fortemente para que os territórios atinjam níveis mais ou menos elevados de C&CT. A transformação de um valor individual para em valor colectivo enquadrado por política pública é a condição mínima para que recursos e estratégias diferenciadas estejam em condições de igualdade relativamente às opções de política.

Esta linha de argumentação é particularmente válida no turismo em geral, nomeadamente se entendido enquanto singularidade territorial, e nas suas dimensões emergentes em particular, onde a necessidade de materialização e consolidação institucional mais se fazem sentir. Não é possível que recursos potencialmente perfeitos possam progredir para singularidades territoriais, sem a coerência territorial que lhe é conferida pela política territorial que consubstancia em última instância e como síntese territorial do valor colectivo dos recursos perfeitos. O turismo científico é uma dessas dimensões emergentes, da qual se fará uma breve análise de seguida.

#### **2.4. Turismo Científico**

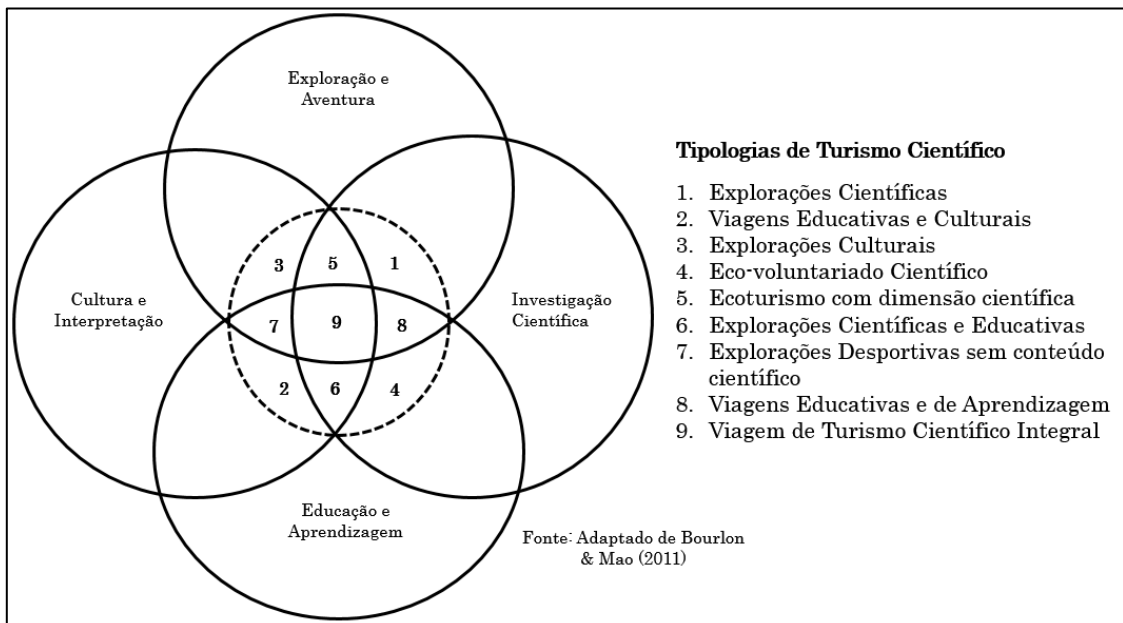
O turismo científico suporta-se no princípio geral de que os indivíduos se deslocam com o objectivo de fazer investigação científica, nas suas mais diversas manifestações. O turismo científico é, segundo BOURLON & MAO (2011), uma *actividade geradora de conhecimento e de mediação cultural*. BOURLON & MAO (2011) conceptualizam o turismo científico através da articulação da dimensão científica e da dimensão associada à mobilização pessoal para desenvolver as diversas actividades. Dessa articulação, como se pode observar na fig. 3 resultam quatro possibilidades: turismo de investigação científica, eco-voluntariado científico, turismo cultural com dimensão científica e turismo de aventura com dimensão científica. Dentro destes quatro grupos podem desenvolver-se diversas tipologias de turismo científico, tal como descrito na figura 4.

Figura 3 – Turismo Científico e dimensões de análise



Fonte: Adaptado de BOURLON & MAO

Figura 4 – Tipologias de Turismo Científico



Fonte: Adaptado de BOURLON & MAO

Daqui advém que o turismo científico se reveste, enquanto actividade económica, de uma natureza cumulativa e biunívoca, contribuindo para o crescimento sustentável dos territórios, muitas vezes fragilizados e com ausência de activos e/ou acessibilidades procurados pelo turismo de massas, através de processos incrementais de competitividade e coesão territorial, ao invés alicerçados na singularidade, no conhecimento, na investigação e na inovação.

Natureza cumulativa, porque se faz com base em processos evolutivos e tem como objecto recursos únicos de base territorial local, cuja produção e consumo se efetivam no mesmo espaço, que, por sua vez, capitaliza, quer por via do investimento em conhecimento e inovação que neles é integrado, preservando-os, quer por via da geração de novos conteúdos para investigação, valorizando-os. Natureza biunívoca, porque paralelamente, e adaptando aqui os conceitos da Ecologia, também o consumidor, enquanto parte integrante do ecossistema formado pelo binómio turista/recurso, usufrui das relações de cooperação que se constroem (em que ambos os “indivíduos” tiram proveito da relação), na medida em que adquire o conhecimento produzido (dimensão científica) e satisfaz a sua motivação (mobilização pessoal), contribuindo também ele com inputs para aqueles fins de preservação e valorização do próprio recurso.

Acresce o facto, a que também o turismo científico não é alheio, do papel estratégico da actividade turística no desenvolvimento local, pelo envolvimento de diferentes tipos de parceiros públicos e privados, e, conseqüentemente, pela dinamização de outras actividades económicas complementares, sendo que no caso em apreço, acresce uma aliança interativa entre o perfil de motivação lógica de valorização pelo mercado de um produto único e irrepitível e a sua capacidade de gerar conhecimento com características de fungibilidade.

Desta forma, o turismo científico promove dinâmicas que, mais do que geradoras de conhecimento, preservação e valorização dos *recursos perfeitos* ou de mediação cultural (de alcance internacional), induzem a apropriação do seu valor económico de forma partilhada pelos atores sociais locais, devido à mobilização de agentes e à integração territorial do processo produtivo que lhe está subjacente, condições, por sua vez, favoráveis à aplicação do modelo conceptual até aqui desenvolvido.

Em síntese, esta primeira parte procurou salientar a dimensão territorial dos processos conducentes à dinamização da C&CT. Para isso, partiu-se de uma definição multidimensional de território que nos permitiu qualificar os recursos e a coerência dos processos com atributos tributários dessa definição, conduzindo-nos ao conceito de singularidade territorial, como caso particular de uma singularidade económica. Por último, tomámos o turismo em geral e

uma das suas manifestações em particular, como espaço intelectual de reflexão e consequente intervenção empírica, relacionando o seu êxito com a natureza da política pública que a condiciona e potencia na evolução para uma singularidade territorial. Finalmente, a abordagem que aqui se esboçou não fundamenta que apenas as singularidades territoriais têm potencial para concretizações no âmbito da C&CT; o que se defendeu, sim, é que esse potencial é mais elevado se realizado a partir de singularidades territoriais, nomeadamente se o sector económico em análise for o turismo. Simultaneamente, esta abordagem é particularmente relevante para territórios de baixa densidade económica, social e político-institucional e em dimensões emergentes de intervenção, cujo reconhecimento, consolidação e institucionalização necessitam de uma elevada mobilização individual e colectiva, de forma a que possam atingir patamares suscetíveis de se transformarem em objectos de política pública, como é o caso da área do turismo científico. A transformação de um valor individual em valor colectivo enquadrado por política pública é a condição mínima para que recursos e estratégias diferenciadas estejam em condições de igualdade relativamente às opções de política.

### **3. Turismo científico: algumas experiências internacionais e nacionais**

Partindo do quadro teórico-conceitual apresentado, far-se-á na presente secção uma breve descrição de alguns casos de estudo internacionais e experiências nacionais passíveis de nele se enquadrar, não obstante tratarem-se de práticas já consolidadas ou de iniciativas em ainda em formação.

#### **3.1. O turismo científico no Chile: a região de Aysén**

A região de Aysén, igualmente conhecida como Patagónica Chilena (BOURLON & MAO, 2011), localiza-se na zona austral do Chile efetuando fronteira a ocidente com o oceano pacífico e a oriente com a Argentina. Representa quase 15% da superfície continental e insular do país, sendo a sua 3.<sup>a</sup> maior região com uma área de mais de 100.000 km<sup>2</sup>, a qual se encontra administrativamente dividida em 4 províncias (Províncias de Aysén – capital Puerto Aysén, Coyhaique – capital Coyhaique, General Carrera – capital Chile Chico, e Capitán Prat – capital Cochrane) e dez comunidades (PELLE, 2016).

Em termos climáticos, a região é essencialmente condicionada pela sua orografia, geomorfologia e localização austral, caracterizando-se por um clima frio oceânico (PELLE, 2016), com verões breves e secos e invernos rigorosos, imperando as baixas temperaturas, fortes ventos e abundantes precipitações



de chuva e neve, existindo ainda zonas microclimáticas associadas às grandes bacias hidrográficas (SERPLAC, 2005). Paralelamente, existe uma diversidade paisagística, desde grandes mesetas áridas do interior, onde os fortes ventos limitam a vegetação predominante a gramíneas e aos pastos rijos, passando pelo atravessamento de quase metade do território continental pela cordilheira dos Andes, que bifurca em várias cadeias de montanhas secundárias, cortadas por vales glaciares e rios que atravessam a região até desaguar no Oceano Pacífico, a que se juntam também, mais a sul, dois planaltos de gelo, até uma costa litoral, objecto de várias expedições científicas desde o século XIX, constituída por um rendilhado de múltiplos arquipélagos de floresta densa, entradas marítimas e canais lacustres (PELLE, 2016).

Esta complexidade geográfica levou à sua divisão em 5 regiões fisiográficas (PELLE, 2016) distintas (arquipelágica, depressão central, cordilheira andina, cordões subandinos orientais, relevos planiformes orientais), que lhe conferem uma riqueza de paisagens e ecossistemas traduzida na classificação de 19 áreas protegidas, de onde se destacam parques e reservas nacionais localizadas de norte a sul (El Ventisquero Colgante (PELLE, 2016), Queulat, Coyhaique, Laguna San Rafael y Bernardo O'Higgins o las Reservas Las Guaitecas, Katalixar o Cerro Castillo), bem como as bacias hidrográficas de grandes rios como Baker, Palena, Pascua e Los Exploradores, lagos, campos de gelo e fiordes, correspondendo a um total de 47,2% do território de área classificada (BOURLON & MAO, 2016).

Associado ao património natural de que dispõe a região, também em termos de património cultural, imaterial e material, este decorre do processo de povoamento a que esteve sujeita, quase sempre conformado ao isolamento geográfico face aos territórios adjacentes e às imponentes características geográficas, climáticas e paisagísticas desta região austral, que apelava ao associativismo e à distribuição nuclear (CNCA, 2015).

Não obstante a existência de comunidades ancestrais indígenas na região de Aysén, de que são testemunhos os vestígios antropológicos da cultura Tehuelche em todo o território regional enquanto os seus primeiros habitantes (SERPLAC, 2005), o empreendimento de colonização foi tardio, tendo-se iniciado apenas nos finais do século XIX (após a celebração do tratado de limites com a Argentina, em 1881), sob intervenção do governo chileno (PELLE, 2016). Assim, quando a maioria do Chile já se encontrava povoado, foram concessionadas grandes extensões de terra a companhias de gado, com a condição de desenvolverem as potencialidades produtivas da região, tendo sido aquelas as responsáveis pela construção de ligações viárias entre o lado oriental da cordilheira e a costa (PELLE, 2016).

No entanto, face às características adversas do território e aos conflitos entretanto ocorridos, decorrentes da proteção estatal à pequena propriedade dos colonos chilenos provenientes do Norte do país que, entretanto, se foram instalando nos vales mais férteis da vertente oriental da cordilheira, essencialmente na bacia do rio Aysén, na cidade de Puerto Aysén (desde 1904), e na confluência dos rios Simpson e Coyhaique, na cidade de Coyhaique (desde 1929), as grandes companhias acabaram por dar lugar aos colonos que fundaram aldeias, abriram estradas e converteram terrenos para cultivo e exploração de gado (PELLE, 2016).

Em 1927, foi criada a Região de Aysén, que passou a ser, 10 anos depois, uma província chilena, não obstante ter mantido por vários anos o carácter de território de colonização ao impulso de novos pioneiros (PELLE, 2016), conferindo-lhe, assim, uma cultura local definida pelas diversas influências que a circundam. Esta origem migrante e a mescla de identidades regionais, da patagónia Argentina, de Chiloé e indígena, em que 27% da população habitante declarava, em 2013, pertencer ou descender de comunidades indígenas do Chile (CNCA, 2015), passando pelos modos de vida arreigados às actividades locais predominantes, até o surgimento da identidade associada aos movimentos urbanos e ecológicos, incute um particular sentido de pertença territorial identitário dos seus habitantes, bem assim como confere um acervo, rico em memórias e tradições, que se mantêm até aos dias de hoje, em grande parte preservadas pela ausência da influencia da globalização e da cultura contemporânea, por via da condição de isolamento e dificuldade de conectividade que se mantêm até aos dias de hoje.

Em termos de conectividade com o resto do país, as acessibilidades são efetuadas ou por via aérea, para o aeroporto de Balmaceda (a 50km da capital Coyhaique), ou por via marítima, a partir de Puerto Montt, com os condicionalismos adstritos à rigorosidade climatérica e à morosidade do trajeto (de 24 horas), não existindo ligação terrestre, a não ser as vias de ligação rodoviária aos postos fronteiriços com a Argentina. Já internamente, as ligações estruturam-se em torno da Estrada Austral, eixo rodoviário que liga a cidade de Puerto Montt, a norte, à localidade de O'Higgins, mais a sul, da qual partem vias perpendiculares de orientação nascente-poente que efetuam ligação às restantes localidades, da fronteira com a Argentina até ao litoral (PELLE, 2016).

Como reflexo destas condições, a região de Aysén era, segundo os censos de 2015, a menos povoada do país, com apenas 108.328 habitantes (6% da população total do Chile) para uma superfície de 108.494 km<sup>2</sup>, o que resulta numa densidade populacional muito reduzida (de cerca de 1 hab/km<sup>2</sup>), onde 53% são homens e 47% são mulheres, e 23% possui idades entre os 0 e os 14

anos (CNCA, 2015). As principais cidades de Coyhaique (capital da Região de Aysén) e Puerto Aysén concentram atualmente cerca de 72% da população residente na região (CNCA, 2015), sendo que a restante população se organiza territorialmente por pequenos aglomerados, em média com 2.000 habitantes, dispersos pela região, encontrando-se a desmembrada costa litoral praticamente despovoada, à exceção de pequenas localidades insulares como Puerto Aguirre e Melinka (PELLE, 2016).

Um aspecto negativo de todo este processo de povoamento, que se manteve quase um século, foram os desequilíbrios introduzidos nos ecossistemas da região, pela prática de ações de reconversão do uso do solo para explorações intensivas agrícolas e de gado, desde incêndios a abate de árvores e introdução de espécies invasoras, levando ao desaparecimento de coberto vegetal formado por vastas extensões de floresta nativa, que contribuiu para a acelerada erosão dos solos, chegando mesmo a fazer com que cidade de Coyhaique se tornasse numa das cidades mais contaminadas do planeta (PELLE, 2016). No entanto, aliado ao ainda elevado potencial da região de Aysén em torno da imponência dos seus sítios com activos naturais e paisagísticos, somado ao registo das diversas explorações a este território efetuadas ao longo do século XX, já com carácter de aventura, desportivo e científico (BOURLON & MAO, 2011), e sem esquecer as rotas patrimoniais de interesse turístico reconhecido mundialmente, verifica-se ainda a elevada preocupação das políticas públicas relativamente à exploração responsável dos recursos.

Assim, foram consideradas na construção do Plano Regional de Ordenamento da Região de Aysén (em 2005) as Zonas de Interesse Turísticos da região, que haviam sido identificadas pelo Serviço Nacional de Turismo (SERNATUR) na Política de Desenvolvimento Sustentável do setor do turismo de então, que já previa o interesse estratégico do desenvolvimento de actividades ecoturísticas e de turismo de aventura para a região, numa procura de minimização do impacto sobre o meio ambiente e da proteção das áreas naturais (SERPLAC, 2005). Mais uma vez, aquando da definição da Política Cultural Regional para o período 2011-2016, é tido por base o Plano Nacional de Turismo Cultural Sustentável de 2010, que prevê igualmente a criação de rotas patrimoniais turísticas com objectivo de desenvolver e conservar os territórios de elevado valor natural ou histórico-cultural (CNCA, 2015).

Quanto ao tecido económico da região, pese embora se mantivesse, em 2013, como a região com menor representação no PIB nacional, de apenas 0,5%, assiste-se, coincidentemente, a uma tendência de reconversão do tipo de estrutura produtiva (CNCA, 2015), historicamente concentrada nos sectores da pesca, aquicultura, actividade florestal extração mineira, e indústria

agropecuária (SERPLAC, 2005), para sectores de actividade ligados à construção, serviços e administração pública (CNCA, 2015).

O turismo científico surge na região de Aysén, patagónia chilena, como forma de desenvolvimento turístico alternativo, para territórios social, económica e ambientalmente fragilizados e desfavorecidos por via do seu isolamento, com ausência de redes infraestruturais robustas que sirvam a um turismo de massas, mas providos de recursos específicos e singulares com potencial de capitalização que promova a dupla necessidade de desenvolvimento e equidade (BOURLON & MAO, 2011).

Uma das estratégias inovadoras de diferenciação sustentável de Aysén diz respeito a uma iniciativa de desenvolvimento turístico do litoral de Aysén, associada à descoberta de um território com características únicas de património natural e cultural praticamente inexplorado e ainda por descobrir. Este é um ativo que pode contribuir, quer para o crescimento socioeconómico das comunidades locais, quer para a conservação de ecossistemas frágeis de importância mundial, valorizando e aumentando o seu conhecimento por via de uma motivação conjunta, aliado às quatro modalidades associadas ao turismo científico que referimos na segunda secção.

Assim, tendo como essência a origem litoral da região de Aysén, nasceu o projecto *Arquipélagos Patagónicos, Destino Internacional para o Turismo Científico*, com base na aliança estratégica entre o Centro de Investigação em Ecossistemas da Patagónia (CIEP) e o Fundo Multilateral de Investimentos (FOMIN), pertencente ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), cujos conteúdos se encontram alojados através de plataforma digital criada para a partilha dos produtos turísticos e conhecimento gerado acerca da temática.

Desta forma, alicerçado nos objectivos gerais do CIEP, quanto ao fomento da *investigação teórica e aplicada no âmbito do turismo sustentável; à conciliação da conservação do património (material e imaterial) e do turismo em ambientes vulneráveis*, através de *regulação, normas, certificação e boas práticas que assegurem a preservação dos recursos e a qualidade dos serviços turísticos*; e, ao fortalecimento de *uma cultura do conhecimento no âmbito do turismo sustentável e das ciências com as comunidades locais*<sup>6</sup>, o seu Departamento de Turismo Sustentável, que conta com um grupo responsável composto por 5 investigadores, desenvolveu um trabalho de recolha de informação da região em parceria com os operadores da rede de turismo científico (nas suas quatro modalidades), tendo identificado cinco áreas temáticas com oportunidade de desenvolvimento, correspondentes a zonas

---

<sup>6</sup> Disponível para consulta on-line em: <http://www.turismocientifico.cl/>.

prioritárias para o turismo científico em Aysén (veja-se, por favor a figura seguinte):

- *Nómadas e colonos dos canais austrais*
- *Três culturas e um mundo*
- *Uma vida ligada ao mar*
- *Um território de exploradores*
- *O princípio do fim do mundo*

Figura 5 – Áreas temáticas e zonas prioritárias



Fonte: <http://www.turismocientifico.cl/>

De seguida, para cada uma destas áreas temáticas definidas, foram desenvolvidos conteúdos e criados produtos turísticos associados a distintos recursos e percursos a promover em cada uma das zonas prioritárias. Por outro lado, para cada produto turístico foram igualmente identificadas (com simbologia própria) as áreas temáticas do conhecimento associadas ao turismo científico a praticar em cada local (*povoamento, história e cultura; território, actividades produtivas e ordenamento; flora e ecossistema; fauna e dinâmicas populacionais; dinâmica da terra e dos oceanos*), possibilitando ao

turista saber que percursos ou rotas existem para a área do conhecimento do seu interesse, ou para o percurso ou rota que pretende visitar que áreas do conhecimento lhes estão associadas.

A plataforma disponibiliza ainda um repositório de documentação associada ao projecto, que inclui guias de campo, mapas da região e produções científicas e académicas sobre a temática do turismo científico, para além de dedicar um espaço destinado ao apoio à obtenção de certificação de outros projectos e iniciativas, que visem desenvolver o ramo do turismo científico, ao nível de empresas e entidades que façam parte integrante da rede de oferta de atores turísticos, de projectos científicos que incorporem turistas e/ou estudantes no seu processo de investigação no terreno, ou de produtos turísticos ou expedições de interpretação científica.

BOURLON & MAO (2011) referem ainda outras iniciativas desenvolvidas desde a década de 2000, respeitantes a actividades já enquadráveis no âmbito do turismo científico, envolvendo expedições, projectos desportivos, científicos e turísticos com divulgação ao público em geral e com vista à criação de conteúdos para viagens comercializáveis. São assim destacados exemplos como: o da Sociedade de Exploração Científica, que levou a cabo uma expedição de desporto e aventura à ilha Wager, em 2006, com vista à identificação de possíveis restos do naufrágio relatado por John Byron, que por sua vez deu origem a investigações posteriores efetuadas por arqueólogos; os exemplos de eco-voluntariado desenvolvidos, um em 2008, pela Universidade de Michigan, que efetuou uma viagem de estudo, com pesquisas e entrevistas de campo, visando o contributo académico e comunitário sobre impactos ambientais das hidroelétricas, outro em 2011, levado a cabo por investigadores arqueólogos no Vale Chacabuco, com a participação de voluntários que autofinanciam a sua participação; o da Universidade de Montana, que realizou em 2011 um estudo de âmbito científico-cultural, com a participação dos alunos, sobre os impactos das barragens hidroelétricas no meio-ambiente; ou a investigação académica realizada em colaboração pelas entidades Ocean Sounds, Max Planck Institute e CIEP, em 2010, no âmbito do turismo científico, com produção de dados sobre o nível de ruído nos fiordes e a presença de cetáceos, que dá origem à oferta de um produto turístico, cuja aquisição por voluntários irá cofinanciar a continuidade do trabalho.

Esta é uma das experiências internacionais mais consolidadas que permite ilustrar algumas das dinâmicas e das potencialidades associadas ao turismo científico.

### 3.2. Outros apontamentos internacionais sobre turismo científico

Apesar do turismo científico, tal como conceptualizado no presente artigo, se tratar de uma área de investigação ainda relativamente recente, e da Região de Aysén nos parecer ser um dos casos mais paradigmáticos da sua aplicabilidade, quer por abranger todas as suas vertentes quer por conseguir fazê-lo num dos povoados mais isolados, existem outras experiências que se podem enquadrar, quando não em várias, pelo menos em alguma das tipologias identificadas de turismo científico.

Nestes termos, refira-se adicionalmente o caso da Cidade de Manaus, porta de entrada da floresta amazónica e capital do Estado do Amazonas (no Brasil), cujo processo de colonização remonta ao séc. XVII, e que possui atualmente uma população de cerca 1,7 milhões de habitantes, para uma área de 11.400km<sup>2</sup> (ANDRADE, 2008). Não obstante encontrar-se bem posicionada no *ranking* das maiores e mais ricas cidades brasileiras Brasil (ANDRADE, 2008), bem como possuir uma elevada atractividade turística pela sua vasta diversidade natural e cultural, também associada ao ciclo de exploração da borracha e às origens indígenas, as políticas públicas não têm conseguido contrariar o seu crescimento desordenado e a desflorestação nas áreas urbana e rural das últimas décadas, decorrentes do modelo de desenvolvimento urbano, com elevados impactes ambientais para a área de reserva florestal que a enforma a norte e para os fragmentos de floresta nativa no interior da cidade (NOGUEIRA & SANSON, 2007), onde ainda persistem os últimos indivíduos de uma das espécies de primatas mais ameaçadas do Brasil (ANDRADE, 2008).

Desta forma, as actividades na área da produção científica dedicada à floresta amazónica têm vindo a intensificar-se com a criação da Secretaria da Ciência e Tecnologia e da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Amazonas, bem como com o desenvolvimento de ações nos diferentes centros científicos estaduais e órgão ambientais, com contributos no campo do ensino e da pesquisa para o desenvolvimento do potencial associado às actividades direccionadas ao turismo científico, que encontram enquadramento nas políticas públicas através das ações estratégicas impulsionadas pelo Banco da Amazônia no âmbito do Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo – PROECOTUR, em que se definem os polos turísticos a desenvolver (ANDRADE, 2008).

Para além do apontamento atrás descrito é de destacar ainda, como forma alternativa de prática nos domínios do turismo científico, ecoturismo e eco-voluntariado científico, o caso do projecto TAMAR (cuja designação provém das palavras **t**artaruga **mar**inha), criado, em parceria com a FBCN – Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza, há 37 anos (1980) pelo

então IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, atualmente incorporado pelo IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), e desenvolvido em conjunto pela Fundação Pró-TAMAR (instituição privada sem fins lucrativos fundada em 1988) e pelo Centro Tamar/ICMBio (TAMAR, s/data). Este compromisso resultou da I Conferência Mundial para a Conservação das Tartarugas Marinhas, que pretendia dar resposta à ameaça de extinção mundial destes répteis, que surgiram há 150 milhões de anos, através da proteção dos seus habitats (BAPTISTOTE, 1994; IBAMA, 1999), transformando-se em uma iniciativa pioneira no Brasil (VALE, T., & ROBLES, 2016) e atualmente uma referência ao nível mundial em termos científicos, educacionais, conservacionistas e socio ambientais (TAMAR, s/data).

Neste sentido, com o propósito de reverter o processo de extinção de 5 das 8 espécies existentes, que se reproduzem no Brasil (BAPTISTOTE, 1994), para as quais as ações antrópicas estão entre as principais ameaças (*com destaque para a pesca incidental, ao longo de toda a costa, com redes de espera, e em alto mar, com anzóis e redes de deriva; a foto poluição; o trânsito de veículos nas praias de desova; a destruição do habitat para desova pela ocupação desordenada do litoral; a poluição dos oceanos*<sup>7</sup>), foram criadas 22 bases locais do Projecto, algumas abertas ao público, ao longo do litoral brasileiro e ilhas oceânicas, num total de 25 localidades dos estados da Baía, Sergipe, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Ceará, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo e Santa Catarina (VALE, T., & ROBLES, 2016), onde as equipas técnicas, auxiliadas por estagiários, pescadores, turistas e pelas comunidades locais efetuam trabalho de marcação, monitorização e telemetria de indivíduos ao longo do seu ciclo de vida, e de libertação de crias nascidas a partir de ovos previamente trasladados para centros de incubação e salvaguarda (BAPTISTOTE, 1994).

Todo este trabalho científico é desenvolvido em intercâmbio e cooperação técnica com outras entidades internacionais, tais como WWF, Widedcast, NOAA, NMFS, Universidades da Florida e do Havai, numa extensão de 1.100 km de praia, o qual alimenta um Sistema de Informação sobre Tartarugas Marinhas – SITAMAR, e serve de “incubadora” ao aperfeiçoamento e capacitação de estagiários de universidades brasileiras e estrangeiras, nas áreas de Biologia, Engenharia de Pesca, Medicina Veterinária e Oceanografia, entre outras (TAMAR, s/data).

Para além do enfoque na partilha e capitalização do acervo e conhecimento adquiridos, o projecto visa ainda o envolvimento de todos os atores (incluindo entidades publicas e privadas que apoiam e financiam o projecto – exemplo

---

<sup>7</sup> Disponível em: <http://tamar.org.br/index.php>



da patrocinadora Petrobras) e, pese embora não se constate o reconhecimento de um “produto turístico”, intervém na atração do turismo de massas para as vertentes do turismo científico. Este projecto é apoiado por uma rede de 11 Centros de Visitantes (núcleos de pesquisa e divulgação da vida marinha, de sensibilização e educação ambiental), incluindo um oceanário e lojas de produtos artesanais (realizados pelas comunidades locais), que integram destinos de procura turística e funcionam como núcleos de sensibilização e educação ambiental, lazer e serviços, para além de representarem estruturas fundamentais na criação local de postos de trabalho e de rendimento, angariando financiamento para as ações de conservação, e de funcionarem como importantes veículos de comunicação<sup>8</sup>. A sua dinamização inclui uma agenda de actividades destinada a diferentes públicos-alvo, desde noites ecológicas, oficinas, actividades de lazer e campanhas educacionais (BAPTISTOTE, 1994).

Em termos de resultados já alcançados, é de destacar a forte vertente de inclusão social associada ao projecto, dando atualmente trabalho a cerca de 1.800 pessoas, cuja maioria são moradores locais, sendo uma alternativa à subsistência predatória dos recursos para as comunidades de pescadores e facultando a possibilidade de profissionalização a mulheres e jovens, nas áreas artesanais e tradicionais da região, através de parcerias firmadas com cooperativas e associações (TAMAR, s/data). No domínio da conservação de espécies, foi já alcançada a proteção de mais de 20.000 ninhos e o nascimento de 15 milhões de crias de tartarugas marinhas. O turismo científico não é alheio resultados, funcionando como catalisador dos recursos e de sensibilização ambiental, em benefício das comunidades envolvidas no projecto (VALE, T., & ROBLES, 2016).

Após a apresentação das experiências internacionais mais emblemáticas, identificam-se, em seguida, algumas das experiências nacionais.

### **3.3. Algumas experiências nacionais no âmbito do turismo científico**

A relevância que o governo nacional atribui ao turismo e à sua promoção (nacional e internacional), designadamente do turismo científico, está bem expressa nas políticas públicas que enquadram o atual quadro estratégico 2014-2020, de que é um bom exemplo a recente Resolução da Assembleia da República n.º 197/2017, de 10 de agosto. Contudo, com base na pesquisa efetuada, o acervo bibliográfico acerca da temática é ainda reduzido, facto que encontra correspondência ao nível da escassez de informação na divulgação de iniciativas desenvolvidas ou em curso. Não obstante, apresentam-se na

---

<sup>8</sup> Disponível em: <http://tamar.org.br/index.php>

Tabela 2 algumas práticas nacionais, cujos requisitos se encontram reunidos no domínio do turismo com dimensão associada a diferentes áreas científicas.

**Tabela 2 – Algumas experiências nacionais associadas ao turismo científico**

Algumas Experiências Nacionais	Objecto	Instituições
Mação	Gestão Integrada do Território	ITM: CMM
Cantanhede	Biotecnologia	Biocant: Centro de Ciência Júnior
Arouca	Geossítios	Geopark
Oliveira do Bairro	Natureza, ecoturismo, religioso, industrial, aventura	CMOB+IPAM (capital Turismo Científico)
Açores	Geoparque, radiotelescópio	Governo Regional
Madeira	Mergulho, Ilhas Selvagens	Governo Regional
Roteiro Minas e zonas interesse geológico	Plataforma Digital	Empresa de Desenvolvimento Mineiro e DGEM
Entroncamento	Património Ferroviário	
Constância	Astronomia	CMC
Golegã	Pré-História	Núcleo Museológico do Centro Português de Geo-História e Pré-História
Seia	Ecossistemas, biologia	Entidade Privada
<b>Teses de Mestrado e Livros (Alguns exemplos)</b>		
Sara Canilho	Portas do Rodão	
Maria João Ferreira	Universidade do Porto	
Marlene Marques	Astronomia (Coimbra)	
Rui Cardoso	Turismo Científico em Portugal: um roteiro	Férias e escolas (Ciência Viva)

Fonte: Elaboração Própria

Não sendo o objectivo principal efectuar um levantamento exaustivo das experiências aqui identificadas, poder-se-á, no entanto, considerar a título exemplificativo o caso do Arouca Geopark, para efeitos de uma breve caracterização dos principais fatores diferenciadores do modelo ali desenvolvido, sinalizando-se os restantes como sugestão para eventual consulta futura.

Enformado pela filosofia, com relevância reconhecida pela UNESCO, subjacente à criação da Rede Europeia de Geoparques (2000), de permitir uma troca de experiências e uma promoção conjunta do conceito – território geograficamente delimitado, com uma estratégia de desenvolvimento sustentado baseada na conservação do património geológico (em associação com os restantes elementos do património natural e cultural) com vista à melhoria das condições de vida das suas populações – e de cada um dos membros da rede (BRILHA, 2009), foi reconhecido, pela Rede Europeia e Global de Geoparques, em abril de 2009, o Arouca Geopark. Este Geopark tem a sua sede no Centro Interpretativo Geológico de Canelas, como membro de uma rede que conta atualmente com 120 Geoparques e 33 países, estando Portugal representado com quatro (Terras de Cavaleiros, Naturtejo, Arouca e Açores Geopark).

O concelho de Arouca localiza-se a nordeste do distrito de Aveiro, integrado na Grande Área Metropolitana do Porto e inserido nas Regiões NUT III Entre Douro e Vouga e NUT II Norte. O seu posicionamento confere-lhe um carácter de fronteira entre duas regiões (Norte e Centro) de Portugal, três distritos

(Aveiro, Viseu e Porto) e litoral e interior. Possui, de acordo com as estatísticas oficiais disponibilizadas no portal da Pordata<sup>9</sup>, uma área total de 329 km<sup>2</sup> com uma população residente de 21.392 habitantes distribuída por 16 freguesias, representando uma densidade populacional média de cerca de 65 hab/km<sup>2</sup>.

Em termos geográficos e paisagísticos, o concelho de Arouca insere-se na bacia hidrográfica do Rio Douro, sendo atravessado por uma densa rede de rios (Arda, Paiva, Caima, Ardena, Urtigosa, Inha e Insua) e ribeiras (Moldes, Frades e Aguieira), e apresenta-se rodeado por zonas montanhosas que condicionam na sua generalidade um relevo acidentado e declivoso, compartimentado pelos sucessivos vales, nos quais se destaca o grande vale de Arouca, bem como as paisagens escarpadas das gargantas do Paiva e do Paivó mais a oriente, e o planalto da Serra da Freita mais a sul.

Como recursos singulares associados a este território identificam-se alguns apontamentos tais como o fenómeno das pedras parideiras, os fósseis marinhos de 480 milhões de anos ou a cascata da Mizarela (OLIVEIRA, 2006). Aliados à riqueza geomorfológica e geológica da região, encontram-se ainda diferentes tipos de unidades de paisagem com uma diversidade faunística e florística de elevado valor do património português, com referência para espécies já pouco frequentes no país e em declínio na europa, mas que ainda aí ocorrem, exemplo da raposa, do lobo, da gineta, da lontra e do gato bravo<sup>10</sup>.

De acordo com os vestígios arqueológicos existentes, a história de ocupação do concelho de Arouca remonta aos anos 500 A.C., encontrando-se marcado pelo acumular de um vasto património, tangível e intangível, associado à evolução antrópica e cultural no território, com herança de povos como os romanos, germanos e muçulmanos. O modelo de povoamento foi adquirindo progressivamente uma concentração no vale de Arouca (em conexão com os terrenos de maior potencial agrícola e de melhores acessibilidades), onde se localizaram as principais actividades económicas de comércio, serviços, administração pública e indústria, e nas áreas mais excêntricas de montanha com acessibilidades sinuosas e extensas, um dos principais obstáculos para a conectividade das populações atualmente em processo de rarefação e envelhecimento demográfico. Estas áreas correspondem conseqüentemente a espaços de elevado valor antropológico em risco (aldeias tradicionais, minas de volfrâmio de Regoufe e Rio de Frades, artes e saberes). Pese embora as vias estruturantes do concelho (EN 224, 225, 326 e 327) sejam preponderantes na inversão da situação, estabelecendo ligação aos concelhos limítrofes, não evitam ainda a marginalização das suas parcelas mais periféricas (CMA, 2009).

---

<sup>9</sup> Disponíveis em: <http://www.pordata.pt>

<sup>10</sup> Disponível em: <http://www.cm-arouca.pt>

É assim, num contexto marcado pela presença quer de um património único (ambiental, geológico, cultural, histórico e cénico), quer da confluência de motivações, expressas nas políticas públicas e na agregação de atores (Universidades de Trás-os-Montes e Alto Douro, Minho, Porto, Aveiro, Lisboa e Madrid, Museu Geomineiro de Espanha e Câmara de Arouca), que é assinada pelo Arouca Geopark, em 2011, a *Declaração de Arouca*<sup>11</sup>, em que se defende o geoturismo como actividade que sustenta e incrementa a identidade de um território. Concomitantemente, BRILHA (2009) assume que, por um lado, a geoconservação é suportada no inventário científico que leva ao reconhecimento formal do geossítio e, por outro, assegura a manutenção desse mesmo valor científico, incrementando desta forma a base de conhecimento disponível. Esta contribuição relativamente ao estabelecimento da relação biunívoca entre geoconservação e ciência permite fortalecer a relação entre ciência e turismo.

De acordo com a informação disponível no sítio oficial, o Arouca Geopark atua, assim, em toda a área administrativa do concelho, com 41 geossítios e cerca de metade do território classificado em Rede Natura 2000 (exemplo dos sítios de Montemuro, Rio Paiva e Serras da Freita e Arada), através de infraestruturação e serviços prestados, desde desportos radicais no Rio Paiva, estações de biodiversidade, roteiros, rotas e percursos pedestres, projectos educativos, museus e unidades interpretativas, programas e projectos educativos, ações de formação destinadas a professores, ações de sensibilização e *ateliers*, e um importante repositório de partilha de informação científica quanto ao território UNESCO, à geo e biodiversidade, às serras e rios, à arqueologia e à antropologia<sup>12</sup>.

No seu modelo de negócios (Figura 6), o Arouca Geopark conta ainda com uma rede, de agentes territoriais do tecido económico, dinamizada pelo turismo do parque, impulsionados pelo processo de certificação da marca associada, tendo sido certificados, desde 2011, 10 estabelecimentos, 4 produtos, 1 actividade, 4 postos de venda e 16 parceiros. Foi, igualmente, criado o produto integrado “*geobox*” que, desde 2013, conta com 18 parceiros (5 alojamentos, 4 restauração, 2 locais de visita, 2 actividades, 6 produtos), para além de já terem sido publicados 65.000 mapas dos geossítios na revista *National Geographic*.

---

<sup>11</sup> Disponível em <http://aroucageopark.pt>

<sup>12</sup> Disponibilizado e divulgado em: <http://aroucageopark.pt>

*Figura 6 - Modelo de Negócios Arouca Geopark*



Fonte: SÁ (2016)

Finalmente, Artur Abreu Sá, coordenador da equipa multidisciplinar do Departamento de Geologia da UTAD, identifica como visão da estratégia de desenvolvimento territorial do Geopark Arouca *tornar-se num destino de excelência turístico e espaço de referência, nacional e internacional para a aprendizagem e aprofundamento do conhecimento científico, conjugando o património geológico com a cultura, a gastronomia e restante património natural* (SÁ, 2016).

#### **4. A hipótese do turismo científico na Golegã**

O caso de estudo apresentado neste artigo diz respeito à Golegã. Este caso de estudo deve ser entendido como uma primeira aproximação à problemática que se tem vindo a desenvolver e também uma primeira interpelação aos diversos atores no território, nomeadamente aos agentes de política pública. Procura-se, essencialmente, encontrar e apresentar alguns fundamentos para a possibilidade de se vir a desenvolver uma linha de turismo científico na Golegã.

##### **4.1. Breve enquadramento da Golegã**

O concelho da Golegã pertencente à região do Ribatejo, no distrito de Santarém e localiza-se nas regiões administrativas NUT III Lezíria do Tejo e NUT II Alentejo. Situa-se na margem direita do Rio Tejo e faz fronteira com os concelhos do Entroncamento, Vila Nova da Barquinha, Torres Novas, Chamusca e Santarém, estando dividido internamente em três freguesias (Golegã, Azinhaga e Pombalinho, antes freguesia integrada no município de Santarém)), com uma área total de 84,32 km<sup>2</sup>, dos quais 95% são solo rural, e

uma população residente de 5.576 habitantes, o que corresponde a uma densidade populacional de 66,1 hab/ km<sup>2</sup> (INE, 2016).

A geografia do concelho é marcada pela planície aluvionar, paisagem plana e espaiada, das lezírias do tejo, cuja unidade de paisagem se inicia a norte do seu território, onde se constituiu por zonas inundáveis atravessadas pelos Rios Tejo e Almonda e é delimitada por terrenos de vegetação xerófila característicos de habitats de charneca e terras de “espargal” (aluviões antigos ocupados por olivais), onde abundam os pastos férteis e os recursos agropecuários, prolongando-se para sudoeste até ao estuário do Tejo (D’ABREU & CORREIA, 2004).

De acordo com informação disponibilizada no sítio oficial da câmara municipal, a vila da Golegã possui vastos vestígios arqueológicos de ocupação pré-histórica do *período calcolítico inicial, bem como de elementos da época celta ou romana e da idade média (com a civilização moura e o cultivo da laranjeira, os sistemas de rega, os pátios interiores das casas ou a produção de azeite em lagares, bem como a ordem dos templários de que são exemplos marcantes a Quinta da Cardiga na Golegã, o Convento de Cristo em Tomar, e o Castelo de Almourol, em Vila Nova da Barquinha), passando pelos assentamentos Avieiros em construções palafíticas deixadas pelas comunidades piscatórias do século XX e pela dominância histórica da cultura campina ribatejana e das dinâmicas económicas ligadas ao cavalo, o território da Golegã possui um longo processo de aculturação que lhe confere um *portfolio* histórico-cultural considerável. A este património acresce ainda o natural, em termos de fauna e flora características das condições edafoclimáticas locais, destacando-se, em termos de valores de relevância conservacionista, a Área Protegida da Reserva Natural (e da Biosfera) do Paul de Boquilobo.*

Quanto ao modelo de povoamento, também esse reflexo da subordinação aos fatores geográficos e culturais descritos, apresenta-se essencialmente concentrado na vila da Golegã, núcleo polarizador da vida económica e social do Município e sede de concelho, onde se centralizam actividades e equipamentos e localiza cerca de 64% da população, estando a restante distribuída por mais 6 lugares (com menos de 2.000 habitantes), dos quais é de destacar, enquanto polo complementar, o núcleo da Azinhaga, essencialmente agrícola, em detrimento das restantes áreas rurais de menor expressão populacional. Em termos demográficos trata-se de uma população com um índice de envelhecimento de 231,6%, destacando-se o núcleo de Pombalinho com fortes problemas de recessão demográfica (CIMLT, 2005).

Quanto ao sistema de acessibilidades, encontra-se estruturado por dois principais eixos rodoviários da rede de estradas nacionais (EN243, este-oeste,

e EN365, norte-sul) que, por sua vez, estabelecem ligação à rede viária fundamental (IP) que liga o norte ao sul do país. O concelho encontra-se, ainda, próximo do importante nó ferroviário no concelho vizinho do Entroncamento, garantindo ligação quer com a linha do Norte, quer com a linha do leste, de ligação a Espanha (CEDRU, 2005).

No que respeita à estrutura económica do concelho, esta caracteriza-se por uma tendência, desde as décadas de 1991-2001, de evolução de um tecido produtivo agrícola e industrial (49%), em que dominavam a agricultura e a indústria para uma economia baseada nos serviços (64%, em 2001) (CEDRU, 2005). Este facto leva a que o Município, juntamente com os concelhos de Torres Novas, Entroncamento e Vila Nova da Barquinha se insira num subsistema cuja dinâmica está associada ao processo de terciarização e industrialização do eixo Torres Novas/Entroncamento (CIMLT, 2015). Paralelamente, ainda no domínio das dinâmicas socioeconómicas, refira-se o processo de geminação encetado com o município de Villeneuve D'Olmes, localizado na Comunidade de Pays d'Olmes nos Pirenéus franceses, processo no âmbito do qual são estabelecidas ações de cooperação, designadamente em matéria de intercâmbio de alunos, permuta de informação, frequência de cursos, seminários e formação e celebração de parcerias de apoio ao desenvolvimento turístico. Após este breve enquadramento do município da Golegã, iremos concentrar a nossa atenção na fundamentação de uma proposta de turismo científico para a Golegã.

#### **4.2.A Golegã na proximidade da tempestade perfeita**

A hipótese de desenvolvimento de uma linha de turismo científico na Golegã encontra, do ponto de vista do enquadramento político-institucional, condições muito favoráveis, facto que nem sempre é fácil de encontrar num mesmo momento do tempo e do espaço. Em primeiro lugar, e em termos, supramunicipais, a Resolução da Assembleia da República n.º 197/2017 recomenda ao *Governo a promoção do turismo científico... e que implemente um plano de ação para promover o turismo científico* assente em nove medidas. A medida n.º 4 explicita que o governo deve proceder à *identificação das autarquias com potencial para atrair turistas neste âmbito e envolvimento das mesmas na estratégia nacional de turismo*.

Ainda no âmbito das competências da administração central, importa salientar uma iniciativa levada a cabo pela Secretaria de Estado do Ensino Superior e o Ministério da Cultura, designada por Diálogos Cruzados (C<sup>2</sup>), que pretende fazer uma articulação mais profunda entre a Ciência e a Cultura. De acordo com a Secretaria de Estado do Ensino Superior, *Diálogos Cruzados é composto por diversas sessões de trabalho que visam aproximar e*

*fomentar o diálogo e a criatividade entre agentes e instituições culturais e científicas e de ensino superior, envolvendo a administração local e central, as empresas e as associações.* Finalmente, todo o contexto da Estratégia do Turismo 2027 é particularmente favorável a esta dimensão de turismo, embora não exista nenhuma referência explícita ao turismo científico ou a alguma das suas manifestações. Em termos regionais, a Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial da Lezíria do Tejo 2014-2020 apresenta igualmente um enquadramento favorável e conceptualmente coerente com o turismo científico e os seus fundamentos teóricos, tal como apresentados neste trabalho. Veja-se o quadro seguinte, onde se pode confirmar esta perspetiva.

**Tabela 3 - Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial da Lezíria do Tejo 2014-2020: Eixos Estratégicos**

<b>Eixo estratégico 1. Desenvolvimento competitivo da base económica regional</b>
VE.1.1. Aprofundamento competitivo das fileiras baseadas nos recursos endógenos
VE.1.2. Diversificação da base produtiva regional
VE.1.3. Promoção da inovação, competitividade e internacionalização do tecido empresarial
<b>Eixo estratégico 2. Promoção da coesão social e da empregabilidade</b>
VE.2.1. Aprofundamento das condições de fomento da coesão social
VE.2.2. Desenvolvimento de condições de empregabilidade
<b>Eixo estratégico 3. Requalificação e sustentabilidade territorial</b>
VE.3.1. Promoção da excelência e inovação ambiental
VE.3.2. Desenvolvimento sustentável dos territórios da região
<b>Eixo estratégico 4. Governação estratégica e eficiência da Administração Pública</b>
VE.4.1. Governação estratégica
VE.4.2. Modernização e eficiência da Administração Pública

Fonte: Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial da Lezíria do Tejo 2014-2020

Do ponto de vista local, o cenário é semelhante. A Estratégia de Desenvolvimento Urbano e Plano de Ação para a Regeneração Urbana da Golegã para 2014-2020 apresenta três objectivos estratégicos: regenerar e dinamizar o centro da vila da Golegã atraindo novos residentes, visitantes e empreendedores, fomentar a coesão e a inclusão social e promover a mobilidade urbana sustentável e a melhoria da qualidade do ambiente urbano; nenhum deles desalinhado com a possibilidade de enquadrar político-institucionalmente o turismo científico como promotor desses objectivos.

Desta breve análise efetuada podemos concluir que não existem quaisquer contradições que fragilizem a coerência entre a dimensão conceptual (também considerando o turismo científico, como se verá de seguida) e a dimensão político-institucional na abordagem que se tem vindo a desenvolver. Pelo contrário, o enquadramento político-institucional é particularmente favorável



à nossa abordagem. Em termos metafóricos, a Golegã encontra-se na proximidade de uma *tempestade perfeita*.

### 4.3. O potencial dos *recursos perfeitos* da Golegã

A Golegã tem um conjunto de recursos que de acordo com a nossa definição de *recursos perfeitos* se podem enquadrar nessa classificação e se, adicionalmente, lhes for possível conferir coerência territorial podem evoluir para uma singularidade territorial. Vejamos, em primeiro lugar de que recursos estamos a falar e das suas principais características.

#### A Casa Estúdio Carlos Relvas

Localizada no centro da vila da Golegã, encontra-se a Casa-Estúdio Carlos Relvas, conhecida como “*o Chalet*”, pela sua singularidade arquitetónica e cariz icónico. Carlos Augusto de Mascarenhas Relvas e Campos, cuja família se estabeleceu no concelho da Golegã durante a década de 20 do século XIX, ali nasceu em 1838, tendo sido um abastado fidalgo, político, lavrador, criador de cavalos e cavaleiro, desportista, inventor e fotógrafo apaixonado. A partir dos anos 60, começou assim a dedicar-se à fotografia (MESTRE & ALEIXO, 2007), actividade exigente em condições especiais de iluminação que, durante a maior parte do séc. XIX, se traduzia essencialmente no aproveitamento da luz solar.

O avanço das técnicas e a massificação da actividade fotográfica motivou a instalação dos primeiros verdadeiros estúdios, já com uma vocação comercial (ex. dos de Londres e de Filadélfia), que passaram a ser considerados como parte essencial do equipamento fotográfico. Estas infraestruturas caracterizavam-se pelos tetos envidraçados ou por laterais incorporando estruturas de vidro, como forma de permitir uma maior penetração da luz, procurando potenciar-se de forma eficiente o seu posicionamento, quer em termos de quantidade, quer de qualidade da luminosidade natural (GRILO, 2016).

À semelhança da tendência internacional, também a Casa-Estúdio Carlos Relvas foi evoluindo arquitectonicamente com o fim de alojar um laboratório de fotografia, sendo o único ao nível mundial desenhado de raiz em exclusivo para esse fim (GRILO, 2016). Desta forma, Carlos Relvas instala, numa primeira fase, um *atelier* térreo, com uma face envidraçada, em frente ao grande edifício da residência familiar, que viria a complementar na década de 70 (1872- 1876<sup>13</sup>), por insuficiência de espaço e ensombramento das árvores

---

<sup>13</sup> Disponível em: [http://www.casarelvas.com/site/pt/php/casa\\_estudio.php](http://www.casarelvas.com/site/pt/php/casa_estudio.php)

do jardim, com um estúdio de dois pisos (com câmaras-escuras, laboratórios, e recepção com sala de estar no rés do chão e estúdio no 1.º andar) e planta retangular entregue à execução pelo arquiteto Henrique Carlos Afonso (MESTRE & ALEIXO, 2007).

O período cultural em que foi erigida, e em que sofreu alterações, foi essencialmente marcado pelo movimento do Romantismo, em que dominava a exuberância e o interesse pelo subjectivo e pelo conhecimento das diferentes culturas, contemporâneas e ancestrais, associado ao impulso da literatura e da imprensa, conferindo-lhe uma arquitectura ecléctica revivalista que mistura em si mesmo estilos arquitetónicos quer de outros tempos, quer de outros locais (GRILO, 2016; MESTRE & ALEIXO, 2007).

É desta forma que o edifício ganha um carácter de originalidade e monumentalidade, concentrando representações que vão desde o seu desenho sugestivo de um templo, ao telhado de configuração oriental, passando pelas linhas neogóticas, fachada com cavalos-marinhos e bustos de Niépce e Daguerre (considerados os *pais da fotografia*), laterais com querubins e máquinas fotográficas, estruturas em ferro fundido e envidraçadas, rendilhados góticos, apontamentos mitológicos, estátuas greco-romanas ou motivos mouriscos. No que diz respeito à envolvente, também o embelezamento cénico do jardim vem reforçar o carácter já de si romântico do edifício, decorado com espécies exóticas trazidas do extremo-orient, ao que se adicionaram árvores de grande porte e lagos (GRILO, 2016). Em termos de materiais utilizados, encontram-se referenciados a estrutura de ferro fundido trazida de Lordelo do Douro, as ferragens de portas e os mosaicos do chão de origem francesa e ainda a escada de madeira proveniente de Itália (MESTRE & ALEIXO, 2007).

Carlos Relvas tinha então criadas as condições para o aprofundamento da sua motivação pela fotografia, passando a utilizar o novo estúdio envidraçado na realização de fotografia de meio corpo e o *atelier* original para grandes formatos. O aumento da sua permanência no local leva a que o estúdio seja objecto de transformação, com vista ao aumento de conforto, substituindo a estrutura envidraçada e em ferro agora por alvenaria de pedra e tijolo com alguns janelões em formato de ogiva e cobrindo o 1.º piso com telha, sem que, no entanto, perdesse luminosidade. Mais tarde vem ainda a aumentar a zona de vidro na parte nordeste da casa, com a segregação de áreas de trabalho da velha residência familiar, que viria a ser vendida em 1888 aos serviços da autarquia, permanecendo Carlos Relvas a habitar a Casa-Estúdio, situação que lhe dá o nome, até à data da sua morte, em 1894 (MESTRE & ALEIXO, 2007).

Não obstante as restantes áreas em que se destacou, a par do talento para retratar, desde a sociedade, aos monumentos, ambientes, paisagens ou animais, o que lhe conferiu para além do título de membro da Sociedade Francesa de Fotografia em 1869, medalhas em várias exposições, sendo que participa ainda na criação de clubes dedicados à temática e colabora no lançamento de publicações especializadas, bem como contribui para o avanço da técnica ao nível da fototipia, da estereoscopia e da focagem fotográfica, deixando ainda um espólio de 12.000 negativos em vidro, os quais foram objecto de um processo de restauro e digitalização que levou cerca de 13 anos a concluir (GRILO, 2016).

O legado de Carlos Relvas tornou-se num centro social de referência internacional, enquanto monumento evocativo da expressão fotográfica, de cenários e personagens, singular pela cultura elo de ligação artística, técnica e científica, cuja particularidade de resistir praticamente intacto e com o espólio e mobiliário original torna-o parte dos escassos casos de estúdios musealizados que se têm conservado ao nível mundial, tendo sido objecto de publicação como Imóvel de Interesse Público (IIP) em 1996 (MESTRE & ALEIXO, 2007). De acordo com informação disponibilizada pelo sítio oficial, a Casa Estúdio foi *alvo de reabilitação e restauro em 2003, e encontrando-se atualmente encerrada à visita do público para novas obras de recuperação no âmbito de projecto candidato a financiamento pelo Programa Alentejo 2020. Como outras formas de promoção do recurso identitário da região, refira-se ainda a existência de um protocolo celebrado entre o Instituto Politécnico de Tomar e o Município da Golegã, no âmbito do qual foi criado, em 2008, o Centro de Estudos de Fotografia da Golegã (CEFG), com o intuito de estimular a investigação e a formação no âmbito da área fotográfica, para os diferentes níveis de ensino, em articulação e prestando apoio técnico-científico à Casa-Estúdio Carlos Relvas, bem como estabelecendo parcerias com instituições análogas.*

## **O Paul do Boquilobo**

A Área Protegida do Paul do Boquilobo (PB), classificada como Reserva Natural (RN) ao nível nacional em 1980 (Decreto-Lei nº 198/80, de 24 de junho), foi a primeira área protegida portuguesa a ser declarada e integrada pela UNESCO, em 1981, na Rede Mundial de Reservas da Biosfera<sup>14</sup>. Posteriormente, em 1991, 1996 e 1999, foi ainda considerada em termos internacionais e comunitários como Biótopo CORINE, Zona Húmida de Importância Internacional ao abrigo da Convenção de Ramsar e Zona de

---

<sup>14</sup> Disponível em <http://www.pauldoboquilobo.pt/reservabiosfera>

Proteção Especial de avifauna no âmbito da REDE NATURA 2000<sup>15</sup>. Estas classificações resultaram do reconhecimento relativo à relevância dos seus habitats e das suas espécies.

Atualmente com 5.896 ha classificados (Decreto Regulamentar n.º 2/2005, de 23 de Março), após ampliação dos limites inicialmente definidos (554 ha) pelo Decreto Regulamentar n.º 49/97, de 20 de novembro, a RNPB situa-se, quase na sua totalidade, no concelho da Golegã. A reserva estende-se ainda, numa pequena parte, ao concelho de Torres Novas (NUT III Médio Tejo e NUT II Centro), e integrando as freguesias da Golegã, Azinhaga, Pombalinho (concelho da Golegã) e Riachos (concelho de Riachos).

Alimentada pelos caudais do Almonda, afluente da margem direita do Tejo, com grandes flutuações dos níveis hidrográficos, é, segundo o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), o maior ecossistema aquático representativo de zonas húmidas interiores, os quais, principalmente devido à drenagem para a agricultura, sofreram um declínio acentuado. A paisagem, dominada pela planície aluvial, é recortada por galerias ripícolas e densos núcleos arbóreos nas zonas mais inundáveis, predominantemente de freixos e de salgueiros, e pontilhada por caniçais e bunhais. As várzeas delimitadas por estas galerias, e onde ainda se pratica a agricultura (principal actividade económica devido à elevada qualidade dos solos e à grande disponibilidade de recursos hídricos), encontram-se, por sua vez, circundadas por montados e pastagens, a que se associa a actividade pecuária, através da criação de animais em regime extensivo, onde os equinos têm uma grande preponderância.

Por forma a permitir a preservação dos diferentes tipos de valores envolvidos, a RNPB subdivide-se, de acordo com a articulação da informação disponível nos sítios oficiais do ICNF e da Reserva, em grandes zonas com grau de proteção diferenciado e diferentes objectivos. Uma primeira zona nuclear, que corresponde à zona de proteção integral e parcial, cuja função principal é a da conservação da biodiversidade e investigação científica. Uma segunda zona de uso extensivo, com zonas tampão de proteção complementar estabelecidas no entorno primeira, minimizando o impacto sobre esta e promovendo a qualidade de vida das comunidades, onde se desenvolvem a produção florestal, as pastagens e a agricultura em zona inundáveis. Finalmente, uma terceira zona de intervenção específica, correspondente à transição entre os terraços fluviais e os aluviões da lezíria, onde se pratica uma agricultura com práticas sustentáveis e onde se incluem também os aglomerados urbanos.

---

<sup>15</sup> Disponível em: <http://www.icnf.pt/portal/ap/r-nat/rnpb>

Quanto à riqueza dos valores naturais em questão, estão inventariados dez *habitats* naturais inscritos na Diretiva *Habitats*, dos quais cinco são de água doce (incluindo um *habitat* prioritário de águas paradas), um de formações herbáceas, e três florestais. Sem prejuízo de uma elevada biodiversidade ao nível da fauna em geral, as aves constituem o seu principal valor, algumas, espécies raras em Portugal e na Europa, albergando o mais importante garçal do território português, espécies de colhereiros e outras aves migratórias (de entre as quais galeirões e limícolas ou anatídeos) vindas quer do continente africano quer do norte da Europa e que nela ocorrem ou nidificam. Por outro lado, também várias espécies de peixes utilizam o paul para desova, sendo de destacar endemismos lusitanos (ruivaco e boga-portuguesa), ou espécies de anfíbios e répteis, com destaque para as espécies de cágados que ocorrem em Portugal, e ainda de pequenos mamíferos.

Tendo em conta a missão da Unidade de Gestão da Área Protegida (composta pela ONGATEJO, Câmaras Municipais Golegã e Torres Novas, ICNF, bem como pelos vários parceiros na área da conservação da natureza e ambiental, actividades económicas, e da área científica, num total de 51 membros), com a disponibilização de recursos humanos, científicos e organizacionais qualificados, bem como dos meios infraestruturais (Centro de Interpretação, Observatório de Aves) e os pontos de interesse que a reserva oferece (colónia da garça, salgueiral, campos agrícolas, as quintas do Paul do Boquilobo, de Mato Miranda e da Broa), são desenvolvidas, com elevado grau de inovação, tecnologia e conhecimento, actividades nas áreas de anilhagem de aves, observação ornitológica, monitorização da qualidade da água, vigilância da natureza, medidas de promoção da biodiversidade nas actividades agrícolas e florestais, sensibilização ambiental, produção de acervo científico e ainda de valorização dos produtos e serviços associados à marca Natural-PT.

Esta análise permite afirmar que a RBPB é um dos territórios mais atractivos da região, apresentando-se como um espaço com elevadas valias para se afirmar como um destino turístico sustentável, propício ao desenvolvimento de diversas actividades científicas associada ao turismo científico.

### **A Casa de José Saramago**

A Azinhaga é uma localidade, sede da segunda maior freguesia do concelho da Golegã, localizada nas margens do rio Almonda, entre o Rio Tejo e o Paul do Boquilobo, e de cariz marcadamente agrícola e de pastoreio desenvolvido a partir da drenagem dos pântanos. É aqui que, em 1922, nasce José de Sousa Saramago (sobrenome cujo aditamento, segundo autobiografia do autor, fora de autoria do funcionário do Registo Civil, ao registar a alcunha por que era conhecida na aldeia a sua família paterna), filho de camponeses de poucas

posses que terão emigrado para Lisboa por força das necessidades, quando José Saramago ainda não tinha dois anos de idade. Foi assim na capital que acabou por viver quase toda a sua vida, continuando, no entanto, até à sua maioridade, a fazer amiudadas e prolongadas visitas aos seus avós maternos, que permaneciam na aldeia onde nascera.

Não obstante a motivação de seus pais em busca de uma vida melhor, as vicissitudes financeiras persistiam não tendo sido possível a José Saramago, pese embora os bons resultados, continuar os estudos para além do ensino secundário liceal e profissional, tendo frequentado durante cinco anos o curso de serralharia mecânica (concluído em 1940), onde tivera o seu primeiro contacto com as disciplinas de francês e literatura. No seu primeiro emprego como serralheiro mecânico (1941-1942), começou, entretanto, a frequentar em regime noturno, a biblioteca pública de Lisboa, onde desenvolveu o gosto pela leitura.

Tendo, entre 1942 e 1975, desempenhado diversas funções que iriam desde *funcionário da saúde e da previdência social, a tradutor (com mais de 70 livros traduzidos), editor, jornalista*<sup>16</sup>, ou assessor ministerial, foi no entanto na área da escrita literária que se veio a destacar como referência mundial, autor controverso e de escrita intervencionista em nome dos direitos humanos.

Após o seu primeiro casamento, em 1944 (que duraria até 1970), com a pintora Ilda Reis, com quem teve a sua única filha, pode identificar-se um primeiro ciclo de produção literária (1947-1953) que se inicia com a publicação do primeiro romance “Terra do Pecado”, a que se seguem vários poemas, contos e outras narrativas inéditas. Apenas em 1966, ano em que volta a publicar nova obra, desta vez “Os Poemas Impossíveis”, retoma a actividade literária como crítico, num segundo ciclo (1966-1979), escrevendo acerca de 23 livros de ficção, bem como colaborando em revistas e publicando inúmeras crónicas e três livros (“Provavelmente Alegria”, “O Embargo” e “O Ano de 1993”). Durante este período, filia-se, em 1969, no Partido Comunista Português, divorcia-se de Ilda Reis, em 1970, iniciando novo relacionamento com a escritora Isabel da Nóbrega (até 1986), e é nomeado Diretor-Adjunto do Diário de Notícias, cargo no âmbito do qual é acusado de radicalismo marxista, levando a que se passe a dedicar exclusivamente, a partir de 1975, à tradução e à escrita, ampliando assim o *portfolio* de publicações de crónicas, contos e peças de teatro.

Em 1980, com a obra “Levantado do Chão”, inicia-se o que se identifica como sendo o terceiro ciclo da obra de Saramago (1980-2010), o qual marca o estilo de ficção novelesca saramaguiano, e que continuará até à sua morte, contando

---

<sup>16</sup> Disponível em: <http://www.cm-golega.pt/casa-relvas/item/170-josé-saramago>

com títulos de referência, entre mais de 25, como “O Memorial do Convento” (1982), “A Jangada de Pedra” (1986) e “O Evangelho segundo Jesus Cristo” (1991), obra polémica cuja candidatura ao Prémio Literário Europeu veio a ser vetada pelo governo português em 1992, e que fez com que Saramago, em 1993, viesse a mudar-se para a ilha de Lanzarote, onde veio a escrever também outros títulos como “Ensaio sobre a Cegueira” (1995), os 5 volumes de “Cadernos de Lanzarote” (1994-1998), “A Viagem do Elefante” (2008), ou “Caim” (2009). No decorrer deste período, termina a relação com Isabel da Nóbrega (em 1986) e conhece Pilar del Rio (jornalista, escritora e tradutora espanhola), com quem casa em 1988 e permanece até morrer (18/6/2010). É também durante estas três últimas décadas que Saramago se consagra como autor aos níveis nacional e internacional: assume cargos de destaque, tal como presidente da Sociedade Portuguesa de Autores; é distinguido com inúmeros galardões, títulos honoríficos e prémios ao nível literário, com relevância para as 39 nomeações Doutor Honoris Causa em universidades de 17 países (Portugal, Espanha, França, Hungria, Itália, Inglaterra, Irlanda, Suécia, EUA, Canadá, México, Costa Rica, El Salvador, Brasil, Argentina, Uruguai, Chile), para o Prémio Luís de Camões em 1995 e, finalmente, para a atribuição do Nobel da Literatura em 1998<sup>17</sup>, entre outras distinções, graças ao seu contributo único no domínio da poesia, romance e narrativa, por sua vez, com influência nas áreas do teatro, da música e do cinema.

Não só como forma de *promover a conservação, o estudo e o conhecimento da sua obra mas também de intervir social e culturalmente (...) a favor do ambiente e de contribuir para a promoção ativa dos direitos humanos*<sup>18</sup>, Saramago procede ainda à criação da Fundação José Saramago (FJS), reconhecida em 2008 por Diário da República, e atualmente presidida pela sua mulher Pilar del Rio, a qual se instala na Casa dos Bicos, em Lisboa, e inaugura em abril de 2017 a extensão localizada na casa onde nasceu, na Azinhaga, encontrando-se também representada na biblioteca da sua casa em Lanzarote.

O projecto de recuperação e musealização da Casa Saramago, no Largo da Praça da Azinhaga, foi encetado através de uma parceria estabelecida entre a respectiva Junta de Freguesia, a FJS e a Câmara Municipal da Golegã, dispondo, no rés-do-chão, de uma biblioteca que disponibiliza todo o acervo literário do autor em várias línguas, uma livraria, um auditório para actividades culturais e um cibercafé. Já no primeiro andar é evocado o ambiente vivido por Saramago com os avós durante as férias passadas até aos seus 15 anos de idade, com a recriação dos espaços e recuperação de alguns

---

<sup>17</sup> Disponível em: <https://www.josesaramago.org/biografia-jose-saramago>

<sup>18</sup> Disponível em: <https://www.josesaramago.org/cronobiografia>

objectos, incluindo a cama da sua infância onde *dormia com os bacorinhos mais débeis para os aquecer no Inverno, e a arca das favas, que ficava à entrada da casa*, citados na sua obra “As Pequenas Memórias” (cujo original se encontra exposto), ou ainda as fotos de família e a reconstituição da cozinha local daquela época<sup>19</sup>.

Também no que toca à Casa Saramago, está-se perante um recurso de valor cultural e histórico cujas potencialidades poderão vir a ser potenciadas por via do turismo científico, o qual pode vir a incluir ainda o estabelecimento de relações quer com outras unidades geograficamente próximas, mas tematicamente distintas, quer com unidades geograficamente distintas, mas tematicamente próximas.

### **O Cavalo e as suas dinâmicas**

Tratando-se o concelho da Golegã, tal como atrás referido, de um concelho marcadamente rural, pela histórica evolução da sua estrutura produtiva em torno das actividades agrícolas e da indústria pecuária, com preponderância para a produção e criação de cavalos, o mesmo herdou um forte enraizamento das actividades e tradições associadas à fileira do cavalo.

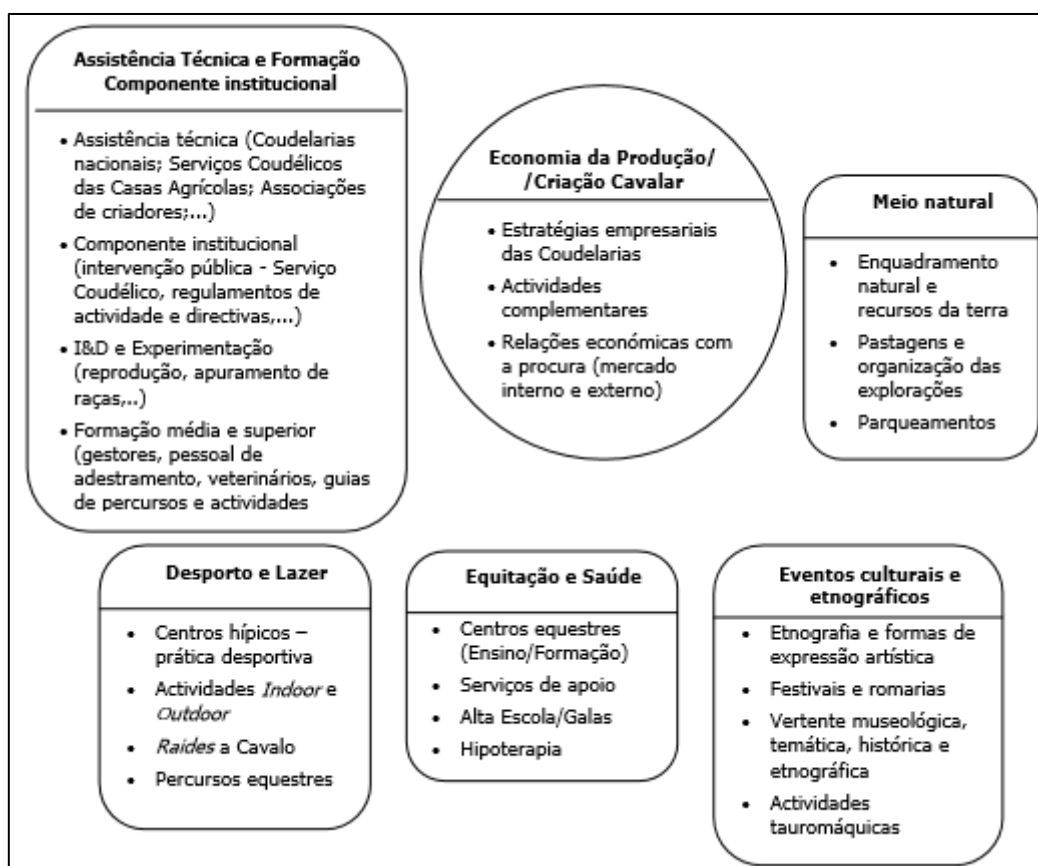
Insero-se, por sua vez, numa região (Lezíria do Tejo) em que as condições naturais e a tradição de criação (coudelarias) levaram igualmente ao desenvolvimento de um potencial de mercado para os utilizadores do Cavalo (com especial destaque para a raça puro sangue Lusitano), resultante da concentração de um conjunto assinalável de infraestruturas, equipamentos, serviços de excelência, iniciativas e eventos, que gravitam em torno das diversas actividades com valor económico a ele associadas (ver, Figura 7).

---

<sup>19</sup> Disponível em: <https://www.josesaramago.org/novo-espaco-da-fundacao-jose-saramago-azinhaga>



*Figura 7 – Actividades associadas à fileira do Cavalo*



Fonte: CCDRLVT (2003)

É neste contexto que, de acordo com o estudo sobre as “Potencialidades e Oportunidades da “Fileira-Cavalo” no Vale do Tejo”, realizado pela CCDRLVT (2003), o concelho da Golegã se afirma no domínio da fileira do cavalo, com actividades económicas como produção/criação cavalar, equitação, competição desportiva e realização de eventos etnográficos culturais, reunindo capacidades competitivas quer no mercado nacional, quer internacional.

A par destas, verificam-se segmentos de actividades em torno do cavalo que constituem igualmente um importante fator de atractividade, tais como serviços de alimentação, tratamento, higiene e assistência veterinária de animais, transporte, melhoramento genético e apuramento de raça, fabrico artesanal de material de equitação e adornos, turismo equestre, alojamento hoteleiro, restauração, entre outras que advêm de motivações como sejam a identidade, os símbolos, a afetividade, o lazer ou o saber, e que possuem uma considerável procura por segmentos elitistas (CCDRLVT, 2003).

Ainda de acordo com o mesmo estudo, dos 11 concelhos da região da Lezíria do Tejo (Rio Maior, Santarém, Golegã, Chamusca, Alpiarça, Almeirim, Cartaxo, Azambuja, Salvaterra de Magos, Coruche e Benavente), a Golegã

era o segundo concelho com mais coudelarias (7) e centros hípicas (3) localizados, apenas precedido de Benavente (com 13) e do Cartaxo (com 4), respectivamente. Para além disto, é ainda na Golegã que se realizam dois dos maiores eventos, já consolidados na região, isto é, que *têm tradição de realização, possuem acentuada notoriedade e atraem elevados fluxos de visitantes*, que são a Feira Nacional do Cavalo e a Expoégua (adiante caracterizados).

Assumida então como Capital do Cavalo, a Golegã realiza no Largo do Arneiro, anualmente (na 1.<sup>a</sup> quinzena do mês de novembro), a “Feira Nacional do Cavalo”, denominação atribuída em 1972 à então Feira de São Martinho, cujo início de realização remonta ao ano de 1571, e a que se veio juntar mais tarde a “Feira Internacional do Cavalo Lusitano”.

Desde cedo associada a grandes agricultores e criadores de gado, a feira ganha, a partir do séc. XVIII, uma vertente competitiva com a realização de concursos hípicas e competições de raças, tendo sido a Golegã o berço dos cavalos lusitanos “Veiga” (cavalos de toureiro por excelência), desenvolvidos pelo lavrador e zootécnico Manuel Tavares da Veiga. Para além de se caracterizar por ser um espetáculo equestre de carácter público e gratuito, de organização a cargo da Câmara Municipal, trata-se igualmente, de acordo com informação daquele órgão<sup>20</sup>, *do mais importante evento ao nível nacional e do maior “entreposto comercial” do puro-sangue lusitano a nível mundial*, onde se apresentam os criadores e onde se transacionam os seus exemplares para todo o mundo. O certame conta ainda com diversos tipos de actividades relacionadas com o cavalo, entre provas de saltos e obstáculos no picadeiro, concursos de atrelagem, disputa dos torneios Taça de Portugal de Equitação de Trabalho – Prova de Velocidade, *Challenge Cup* (sub-16 anos) e Taça de Portugal (seniores) em *horseball*, Taça de Portugal de TREC-POR (prova de orientação), jogos equestres ou maratona de carruagens, e outras atrações desportivas e lúdicas como *ralies*, *raids*, ténis, exposições de fotografia, exposições de pintura, ou lançamento de livros. Salienta-se igualmente a promoção de produtos das artes e ofícios de correiro, ferrador ou embolador, bem como das coudelarias e ganadarias participantes.

Por último, destaca-se o “ambiente” ligado à experiência equestre de que se reveste a vila da Golegã em dias de feira, com cavaleiros e amazonas montados a cavalo pela vila, e campinos ribatejanos usando o traje popular que se usava em Portugal para montar, nos trabalhos do campo e nos momentos lúdicos no século XIX e inícios do século XX. Estes atributos têm atraído milhares de visitantes, de entre os quais os oriundos de países como Espanha, Itália, França ou dos países nórdicos com tradições equestres,

---

<sup>20</sup> Disponível em: <http://fnc.cm-golega.pt/index.php/historia>

começando a fazer parte de rotas internacionais ligadas ao turismo equestre, e das ofertas turísticas, também apoiadas por páginas *web* específicas para a divulgação dos certames e de alguns operadores associados<sup>21</sup>.

Ainda relacionado com a temática equina, organiza-se na vila da Golegã, durante o mês de maio, o certame anual da Expoégua, que se dedica à mostra de éguas e poldras de todas as raças de cavalos, e cuja realização reúne ainda produtos tradicionais associados ao Cavalo e criadores. Nela se realizam o Concurso Nacional Expoégua e várias provas equestres, de entre as quais de equitação e atrelagem, tendo ainda passado a integrar o seu programa, em 2002, a Romaria de São Martinho. Este certame consiste no desfile de romeiros a cavalo, ou em carros puxados por ele, desde o Largo da Feira, com paragem na cerimónia religiosa que se efetua numa das igrejas do concelho, a partir de onde o andor com a imagem de São Martinho segue a cavalo, para depois ser transportado por barco desde a Alverca da Golegã até ao jardim do Equuspolis<sup>22</sup>.

Localizado na Horta da Baralha, na vila da Golegã, encontra-se o complexo multifuncional Equuspolis, inaugurado no decorrer da Expoégua de 2006. O complexo compõe-se pelo Parque da Juventude, com dois hectares, jardim com zonas de recreio, uma esplanada, um anfiteatro ao ar livre, um cais de embarque na margem da lagoa e o Centro Cultural dedicado ao cavalo e às artes plásticas.

O edifício do Centro Cultural, com cerca de 1600 metros quadrados, possui representados na sua fachada a silhueta de dois cavalos e constitui-se por três pisos que incluem o Museu Martins Correia (escultor e pintor), uma Galeria de Arte, o Equus Virtual (onde se pode assistir a uma apresentação em 3D acerca dos séculos de história da ligação do cavalo à Golegã), uma biblioteca temática e o Auditório Eng.º Ricardo Magalhães, onde se realizam anualmente diversos encontros e palestras internacionais dedicados aos temas equestres<sup>23</sup>.

Por forma a reforçar o enraizamento local das dinâmicas do cavalo, refiram-se ainda outras iniciativas complementares que são levadas a cabo na Golegã, como o exemplo da animação regular de Concursos de Atrelagem de Tradição (disputados por cavalos, coches e carruagens a partir da Quinta da Broa, num percurso total de 14 quilómetros, com provas de superação e mestria)<sup>24</sup>, ou da criação de um mapa turístico do concelho que inclui os circuitos equestres infraestruturados (Figura 8).

---

<sup>21</sup> (<http://fnc.cm-golega.pt> e <http://feiradagolega.com>)

<sup>22</sup> Disponível em: <http://www.pauldoboquilobo.pt/eventos>

<sup>23</sup> Disponível em: <http://www.cm-golega.pt/concelho/turismo/item/197-equupolis>

<sup>24</sup> Disponível em: <http://www.pauldoboquilobo.pt/eventos>

Figura 8 - Circuitos equestres na Golegã



Fonte: [http://www.cm-golega.pt/concelho/turismo/item/192-rota\\_cavalo](http://www.cm-golega.pt/concelho/turismo/item/192-rota_cavalo)

Também na via da promoção e cooperação externa, devem referenciar-se dois projectos divulgados na página oficial do município. O primeiro designa-se por *Pegaso* – Iniciativa Interreg III B “Espaço Atlântico”, que se trata de um projecto conjunto entre Portugal, Espanha, Inglaterra e Irlanda, que envolve a associação entre municípios, Serviço Nacional Coudélico (Escola Portuguesa de Arte Equestre fundada em 1979), Cheshire & Warrington Growth Hub e o governo regional da Irlanda. Este projecto visa reforçar o cavalo enquanto identidade com atrativo turístico, desenvolvendo actividades de transferência de conhecimento, com a melhoria formativa e da gestão empresarial ligada à área equestre e ao turismo associado. O segundo projecto diz respeito à criação, em 2005, da Euro Equus – Associação sem fins

lucrativos, constituída por quatro municípios representantes de países europeus interligados pelo setor equestre (Espanha, Portugal, Bélgica e Republica Checa), da qual faz parte o município da Golegã. Trata-se de uma cooperação que visa a valorização de regiões equestres e a preservação desta herança cultural europeia pelo apoio à iniciativa privada, no âmbito da formação e qualificação profissional focada na troca de experiências e no desenvolvimento da criação do cavalo e de eventos associados. Para além dos territórios fundadores, outros, europeus ou não, onde o cavalo detenha um papel socioeconómico de realce, se lhes podem associar.

Pelos motivos acima explicitados, a economia do cavalo reúne na Golegã requisitos únicos associados à história, cultura e incorporação de conhecimento catalisadores de um produto turístico emergente de cariz técnico e científico.

#### 4.4. Análise ao caso da Golegã

A tabela seguinte procura fazer a síntese dos recursos que acabámos de caracterizar com uma classificação dos autores quanto ao seu nível de perfeição, de acordo com os critérios anteriormente explicitados.

**Tabela 4 – Recursos perfeitos passíveis de integrar o turismo científico na Golegã**

Objecto	Foco	Recurso Perfeito (1-5)
Fotografia	CE Carlos Relvas	?
Natureza	Paúl do Boquilobo	?
Cultura	Casa Saramago	?
Cavalo	Cavalo-Golegã	?
O que é um Recurso Perfeito ?	1.Escasso em termos globais	
	2.Abundante em termos locais	
	3.Controlo local do recurso	
	4.Enraizamento territorial	
	5.Efeitos multiplicadores	
	6.Utilização obriga à preservação	
	7.Procura global	
Objecto	Foco	Recurso Perfeito (1-5)
Fotografia	CE Carlos Relvas	4.0 ?
Natureza	Paúl do Boquilobo	3.0 ?
Cultura	Casa Saramago	4.0 ?
Cavalo	Cavalo - Golegã	3.5 ?

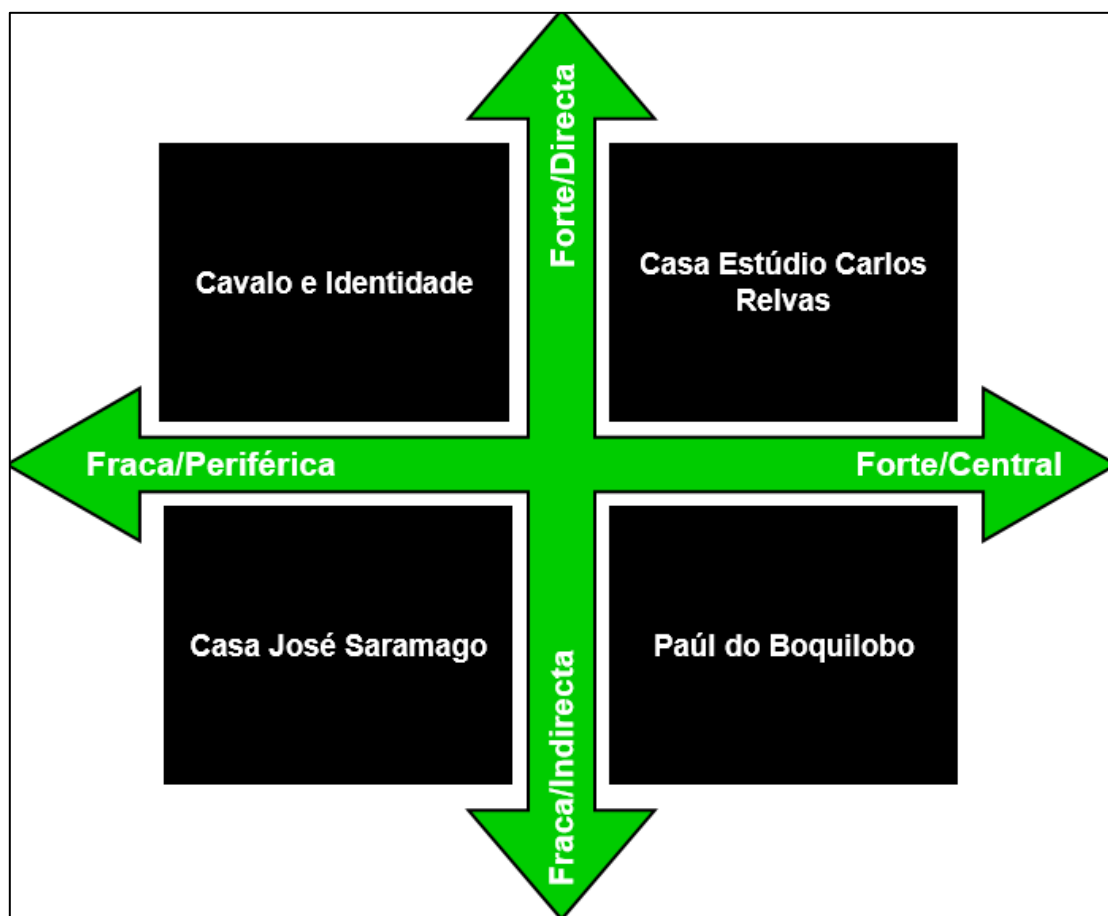
Fonte: Elaboração própria

Os casos identificados na tabela anterior, pelos atributos próprios que emergem da caracterização que deles se fez anteriormente, podem ser explorados individualmente numa linha de turismo científico. Pode até

defender-se, com algumas vantagens, que o seu objecto é bastante distinto. Contudo, uma análise mais profunda permite sugerir que estes *recursos perfeitos* ganham eficácia se tratados em conjunto. Porquê? Existem, essencialmente duas ordens de razões.

Em primeiro lugar, BOURLON & MAO (2011; 21) referem que existem complementaridades e sinergias entre as diferentes formas de turismo científico e que as vantagens para o território serão potenciadas pela promoção e manutenção das diferentes formas e manifestações desta tipologia de turismo. Será possível conferir a coerência conceptual proposta por BOURLON & MAO aos recursos em análise? Vejamos a seguinte figura:

Figura 9 – Recursos e Modos de Turismo Científico



Fonte: Elaboração própria

Parece claro que os recursos em análise se adequam sem qualquer perda de coerência à proposta teórica de BOURLON & MAO. Como se pode observar da Figura 9, também os recursos considerados no caso de estudo da Golegã possuem um grau de articulação, mais ou menos intenso, entre a mobilização pessoal para desenvolver as actividades (percepção de valor) – forte ou fraca

– e a dimensão científica – direta, central, indireta ou periférica, em correspondência com o quadro teórico de base às diferentes tipologias de turismo científico conceptualizadas. Esta é a primeira razão.

Mas existe uma outra razão ainda mais relevante, devido às suas implicações em termos de concretização de um potencial de valor territorial. Retomamos para aqui a discussão feita na segunda secção, convocando os seus resultados. Algum trabalho de interpelação pública, sem qualquer significado estatístico, permitiu obter alguns indícios de que, como seria de esperar, cada um destes recursos têm uma valorização diferente para os indivíduos, para um grupo de indivíduos e para a política pública.

**Tabela 5 – Percepção de valor e recursos perfeitos na Golegã**

Recursos/objecto	Percepção de Valor			Preponderância
	Individual	Colectivo/Social	Político	
<b>CE Carlos Relvas: Fotografia</b>	+++	+	++	Individual
<b>Paul do Boquilobo: Natureza</b>	++	+	++++	Política
<b>Golegã: Cavalo</b>	++++	+++++	++	Colectiva/Social
<b>Casa Saramago: Cultura</b>	+	+	+	??

Legenda: de pouca relevância (+) a muita relevância (+++++)

Fonte: Elaboração própria

O recurso ganha perfeição e o processo ganha coerência territorial à medida que se articulam as três dimensões de valor: individual, colectivo e político-institucional. A consideração das três dimensões obriga a *sentar à mesma mesa* (mesmo que, legitimamente, com objectivos distintos) o valor individual, o valor colectivo e a representação política do valor colectivo (corporizado pela política pública).

Sem a coerência territorial que resulta da superação destes dilemas e a gestão destas tensões não será possível construir recursos perfeitos e transformá-los em singularidades territoriais capazes de dinamizar com elevados níveis de eficácia a C&CT. Dito de outra forma, existem recursos com níveis elevados de perfeição que podem ser explorados numa linha de turismo científico e se for possível conferir-lhe coerência territorial podemos estar próximos de uma singularidade territorial.

Logo, a hipótese proposta nesta reflexão parece ter potencial para se (vir a) localizar na diagonal da fig. 2. Onde? Numa iniciativa de âmbito local ou de âmbito superior? A resposta a esta questão deve ser dada pela comunidade, embora a discussão possa ser despoletada pela política pública e/ou pela academia. Nunca se pode esquecer que as instituições científicas (onde se

inserem as instituições de ensino superior) são agentes incontornáveis das múltiplas dinâmicas associadas ao turismo científico.

Em face do que se acabou de defender, podemos ainda encontrar alguns argumentos que favoreçam a criação e o desenvolvimento de uma linha de turismo científico, não só na Golegã, mas igualmente em outros territórios nacionais. Em primeiro lugar, o turismo científico insere-se numa dimensão estratégica do país e da região – o Turismo – diversificando-a, através do aprofundamento das dinâmicas inerentes à especialização inteligente. Se se pensar, por exemplo, nos objectivos do programa  $C^2$ , uma linha de turismo científico permite não só articular a ciência com a cultura de forma coerente, explícita e direta, como também integrar territorialmente comportamentos e experiências associados à cultura científica, podendo mesmo levar ao desenvolvimento novos produtos, como por exemplo os *cursos superiores de nova geração* (ver, por favor, Nunes, 2017, Anexo II), ajudando a promover por esta via vários objectivos da RAR já referida.

Em segundo lugar, o turismo científico é transversal a outras tipologias de turismo, mas com potenciais efeitos positivos na estrutura económica e social do território, por via da aplicação da investigação nesses domínios. O turismo científico é, simultaneamente, objectivo e instrumento – característica explosiva deste projecto –, uma vez que é objecto de investigação, mas pode e deve igualmente contribuir para modificar e fortalecer a estrutura económica regional (relações da investigação com a estrutura produtiva local existente e/ou a potenciar).

Finalmente, é uma linha de turismo ainda pouco explorada, configurando uma hipótese alternativa (embora transversal) ao turismo de massas, que pode contribuir para consolidar uma massa crítica de procura que ajudará a viabilizar e a aprofundar os níveis de especialização de investimentos já existentes (equipamentos, infraestruturas, tecnologias) e que, adicionalmente, se pode explorar isoladamente na Golegã ou em articulação regional.

## 5. Conclusão

Este texto procurou fazer contribuições em dois domínios distintos, embora interdependentes. Em termos teórico-conceituais, a abordagem desenvolvida permitiu concluir que as dinâmicas territoriais de desenvolvimento são processos em constante evolução e dependem fortemente de mecanismos que permitam construir singularidades económicas e, no caso particular do turismo, singularidades territoriais. A competitividade e a coesão territorial dependem das dinâmicas externas que condicionam os territórios, mas



dependem também em larga escala da capacidade de construção de soluções endógenas, diferenciadoras e partilhadas por toda a comunidade sob a forma de políticas públicas e modos de governância partilhados. Do ponto de vista empírico, parece pacífico que a hipótese relativa ao desenvolvimento de uma linha de turismo científico na Golegã tem bases de partida sólidas e concretas. Existe um conjunto de *recursos perfeitos* que precisa de coerência *territorial*. A Golegã – e certamente muitas outras regiões portuguesas que importa identificar – encontra-se na proximidade de uma tempestade perfeita. A combinação de vontades no território determinará, num primeiro nível, a dinâmica que a nossa hipótese poderá vir a ter. O passo seguinte passa, naturalmente, pela necessidade de conferir coerência territorial aos recursos identificados. A abordagem desenvolvida neste texto é particularmente útil para territórios de interior. O desafio passa por identificar potenciais recursos perfeitos e a partir dessa dinâmica transformá-los em singularidades territoriais.

## Referências

1. ALVES, M. B. (2001). *Multidimensionalidade do espaço: do espaço objecto ao espaço sujeito e à ordem no território*. Centro de Investigações Regionais e Urbanas. Instituto Superior de Economia e Gestão. UTL. Lisboa.
2. ANDRADE, J. (2008). O Turismo Científico na Amazônia: Um estudo das oportunidades, necessidades e potencialidades para a cidade de Manaus, Manaus: Dissertação de Pós-Graduação em Ciências Ambientais e Florestais, Universidade Federal do Amazonas.
3. BAPTISTOTE, C. (1994). Tartarugas marinhas: Projecto TAMAR. In: Congresso de Herpetologia no Brasil, 1., 1994, PUC Belo Horizonte-MG. Anais... Belo Horizonte: Fundação Biodiversistas e Fundação Ezequiez Dias, p. 33-37.
4. BOURLON, F., & MAO, P., & OSORIO, M. (2011). El turismo científico en Aysén: un modelo de valorización territorial basado en el patrimonio y actores locales. *Sociedad Hoy*, (20), 55-76.
5. BRILHA, J. (2009). A Importância dos Geoparques no Ensino e Divulgação das Geociências. Revista do Instituto de Geociências - USP, Publ. Espec. v.5, p 27-33.
6. CCDRLVT (2003). Potencialidades e Oportunidades da “Fileira-Cavalo” no Vale do Tejo – Síntese e Orientações de Atuação. Relatório de Estudo. Lisboa.
7. CEDRU (2015). Carta Educativa do Concelho da Golegã. Golegã.
8. CMA - CÂMARA MUNICIPAL DE AROUCA (2009). Relatório do Plano Director Municipal do Concelho de Arouca. Arouca.
9. CIMLT – Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo (2015). Revisão da Carta Educativa do Município da Golegã. Golegã.
10. CONSEJO NACIONAL DE LA CULTURA Y LAS ARTES. (2015). Región de Aysén, Síntesis Regional. Departamento de Estudios. Chile.
11. D'ABREU, A., & CORREIA, T., & OLIVEIRA R. (2004). *Contributos para a identificação e caracterização da paisagem em Portugal Continental*. DGOTDU. Lisboa. ISBN 972-8569-28-9.
12. GASPAR, P., & PALLA, J. (s/data). *Construções palafíticas da bacia do Tejo. Levantamento e diagnóstico do património da cultura avieira*. Arquitetos Sem Fronteiras Portugal.
13. GOBIERNO REGIONAL DE AYSÉN/SERPLAC (2005). *Plan Regional de Ordenamiento Territorial de Aysén*. Santiago, Chile.
14. GRILO, D. (2016). *O estúdio de fotografia de Carlos Relvas*. Faculdade de Arquitectura e Artes. Tese de Mestrado, Universidade Lusíada de Lisboa. Lisboa.
15. IBAMA (1999) Tartarugas Marinhas. Projecto Tamar. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Ministério do Meio Ambiente. Brasil.
16. INE (2016) [1]. ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA REGIÃO ALENTEJO 2015. LISBOA. ISBN 978-989-25-0364-0. ISSN 0872-5063.
17. INE (2016) [2]. ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA REGIÃO NORTE 2015. LISBOA. ISBN 978-989-25-0214-4. ISSN 0871-911-X.
18. LOPES, S. (1995). *Desenvolvimento Regional. Problemas, Teoria, Modelos*. 4ª edição Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa.
19. MESTRE, V., ALEIXO, S. (2007). Estúdio Fotográfico Carlos Relvas. Reabilitação e restauro. Métodos de Projecto e de Implementação em Obra. *Jornal Arquitectos*, n.º 229, Ordem dos Arquitectos, Outubro – Dezembro, pp. 22-27.

20. NOGUEIRA, A., & SANSON, F., & PESSOA, K. (2007). A expansão urbana e demográfica da cidade de Manaus e seus impactos ambientais. Anais XIII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto. Florianópolis, Brasil, INPE, p. 5427-5434.
21. NUNES, S. (2011). O Surf na economia do Mar: Da Natureza Privada à Percepção de Valor Colectivo. *JANUS – Publicação conjunta do Jornal Público e da Universidade Autónoma de Lisboa*. ISBN: 978-989-619-135-1
22. NUNES, S. (2010). O Surf como Fenómeno Multidimensional Integrador de Valor. *SurfPortugal*, Junho de 2010.
23. NUNES, S. (2017). *Competitividade, coesão e desenvolvimento regional: a hipótese do turismo científico na Golegã*. Competitividade Regional e Recursos Perfeitos: a Casa Estúdio Carlos Relvas, Equuspolis, 29 de Junho, Golegã.
24. OLIVEIRA, S. (2006). Arouca vai criar geoparque para o turismo científico. *Jornal Público*, 25.jan.
25. PELLE, O. (2016). *Universidad de Aysén*. Facultad de Arquitectura y Urbanismo: Memória de Título, Universidad de Chile.
26. SÁ, A. (2016). Fórum: Géoparque: Identidade geográfica, cultural e preservação ambiental. UTAD. Centro de Convenções da UNICAMP – Campinas/SP.
27. TAMAR (s/data). Releases: Informações gerais Projecto TAMAR. Disponível em: <http://tamar.org.br/releases/release-projecto-tamar-informacoes-gerais.pdf>
28. VALE, T., & ROBLES, R., & MOREIRA, J. (2016). The use of technologies in museums and visitor centers: case study at the Tamar visitor center in Fernando de Noronha - PE (Brazil). *Applied Tourism*, p. 97-112.

Páginas *web* consultadas:

<http://aroucageopark.pt>

<http://fnc.cm-golega.pt/index.php/historia>

<http://tamar.org.br/index.php>

<http://www.casarelvas.com/site/pt>

<http://www.cm-arouca.pt>

<http://www.cm-golega.pt>

<http://www.icnf.pt/portal/ap/r-nat/rnpb>

<http://www.pauldoboquilobo.pt>

<http://www.pordata.pt>

<http://www.progeo.pt/jornais/arouca.htm>

<http://www.turismocientifico.cl>

<https://www.josesaramago.org/novo-espaco-da-fundacao-jose-saramago-azinhaga>



CIAEGT  
Centro de Investigação Aplicada  
em Economia e Gestão do Território

[www.ciaegt.ipt.pt](http://www.ciaegt.ipt.pt)